

ATA DA 299ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2024. Aos 23 de Agosto de 2024, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte-MG, realizou-se a ducentésima nonagésima nona plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo presidente Nelson Fernando Maure Carvalho, estavam presentes também os **seguintes conselheiros/as titulares:** Jennifer Danielle Souza Santos, representante do PSIND-MG, Flavio Christian De Assis Miranda, representante do CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva, representando o CMAS de Ipatinga, Rosalice Tassar, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Nelson Fernando Maure Carvalho representando a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, Solimar Assis, representando a SEPLAG, Isac dos Santos Lopes representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Letícia Fernandes Godinho representando o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Coronel Fabriciano, Fernanda Regina da Silva do CMAS de Campanha, Marcelo Armando Rodrigues pela OAB/MG, Nelma Barbonaglia da Silva, representante da Secretaria de Estado da Fazenda, Mayra de Queiroz Camilo, representando a APAE de BH, Luiz Carlos de Castro Fernandes, representando a ARMI, João Paulo Freire Jardim, representando a SEDESE, Andrezza dos Reis Pimenta, representando o Lar dos Idosos José Justino Rocha **conselheiros/as suplentes:** Altair Rabelo representando a Associação Berg Vingren de Assistência Social, Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros, Sandra Regina Ferreira Barbosa, representando o SINTIBREF, Érica Pereira Alves Beltrame, representando a SEDESE; Matheus Borges Gonçalves representante do Organizações representantes de Usuárias e Usuários da Assistência Social Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG, Ludmilla Lamartine de Souza, representando o CRESS-MG, Joelma Dias Ramos, representante do CMAS Campanha, Wellington Donizete Lima, representando o Fórum Municipal de Lutas pelos Direitos dos usuários do SUAS, Letícia Dufloth, representando a Secretaria de Estado de Saúde e Anália Romeiro de Paula, representando o Abrigo São Vicente de Paulo de Coluna, Patricia Pinho Valadares, representando a Federação das Apaes, Juscelina Mamedes Nunes, representando o CMAS de Guanhães, Ester Rodrigues Espeschit, representando a SEDESE, Ronnie Aparecido de Almeida, representando o COGEMAS. **Estavam presentes como convidados:** Gabriele Sabrina da Silva, Sofia Benfica Blaso de Souza, Roberta Kelly Figueiredo, Fátima Cristina Pinto, Deise Vilas Boas, Rosilene de Fátima Teixeira de Oliveira, Marcela Rodrigues, Felipe Silva, Marcela Rodrigues Santos e Ana Carolina Grossi, todos representantes da SEDESE.

**Nelson Sedese:** 299ª Plenária. Vou pedir para a Poliana iniciar a chamada. Pessoal, só corrigindo aqui que a gente precisa dar posse, primeiro, para alguns conselheiros. Eu vou chamar os

conselheiros aí se quiserem se apresentar, é o Cleber Leonardo de Souza da Secretaria Estadual de Educação. **Cleber, SEE:** Boa tarde a todos, eu sou da Secretaria de Estado de Educação, sou suplente, a Cleusa é nossa titular de lá. E estou chegando para conhecer a temática, que eu já trabalhei com várias temáticas de políticas públicas, já estive três anos na SEDESE, na Subsecretaria de Direitos Humanos agora há uns três anos atrás. E trabalhei lá na SEDESE com políticas de direitos difusos, coordenadoria que agora é diretoria, não é? Diretoria de Direitos Difusos. Trabalhei com a Luiza na diretoria do POP Rua, e também dei um apoio ao Cleber na igualdade racial. Prazer a todos. **Nelson, SEDESE:** Seja bem-vindo. Agora Patrícia Pinho Valadares. **Patrícia, FEDERAÇÃO APAE:** Bom dia a todos. Eu sou Patrícia, estou representando a Federação das APAES de Minas Gerais. Estive aqui no finalzinho do último mandato, estou retornando, espero poder contribuir e aprender com todos vocês. **Nelson, SEDESE:** Bem-vinda, Patrícia. Rone Aparecido de Almeida. **Rone, COGEMAS:** Bom dia a todos. Meu nome é Ronen, eu sou suplente e estou aqui representando o COGEMAS Minas Gerais. **Nelson, SEDESE:** Bom, gente, aí devidamente empossados, então agora a gente pode ir para a leitura da chamada, da presença. **Poliana, SE:** Bom dia, Poliana, Secretaria Executiva. Antes de fazer a chamada, só por uma questão de ordem, eu fico responsável aqui pela projeção e a Carol, a Stefany e a Edilene ficam ali responsáveis pelos encaminhamentos. Aí se tiver alguma situação pontual para enviar, enviar para uma delas, por gentileza, está bom? Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais – PSIND, Jennifer Daniele Souza Santos. **Jennifer:** Presente. **Poliana, SE:** Ordem dos advogados do Brasil/MG Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo:** Presente. **Poliana, SE:** Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais, CREAS MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla:** Presente. **Poliana,SE:** Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – SINTBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo. **Mayra:** Presente. **Poliana:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice:** Presente. **Poliana, SE:** Lar dos idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza:** Presente. **Poliana, SE:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos:** Presente. **Poliana, SE:** União das Associações de Pirapora, o João Alves Crisóstemo justificou a ausência. ABVAS, Altair Rabelo. **Altair:** Presente. **Poliana, SE:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália:** Presente. **Poliana, SE:** Federação das APAES, Patrícia Pinto Valadares. **Patrícia:** Presente. **Poliana,SE:** CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva. **Laís:** Presente. **Poliana, SE:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. **Fernanda:** Presente. **Poliana, SE:** CMAS de Guanhões, Jucelina Mamedes Nunes. **Jucelina:** Presente. **Poliana, SE:** Coletivo Flores de resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira justificou a audiência. Comissão das Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isaac dos Santos Lopes. **Isaac:** Presente. **Poliana, SE:** Fórum Municipal

de Luras pelos direitos dos usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima Leon. **Wellington**: Presente. **Poliana, SE**: No caso Leon assume também em condição de titularidade. Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. **Matheus**: Presente. **Poliana, SE**: SEDESE, Nelson Fernando Mauro Carvalho. **Nelson**: Presente. **Poliana, SE**: SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo**: Presente. **Poliana, SE**: SEDESE, Esther Rodrigues Spechit. **Esther**: Presente. **Poliana, SE**: SEDESE, Erica Pereira Alves Beltrame. **Erica**: Presente. **Poliana, SE**: SEAPA, o Alexandre Soares Moreno Filho justificou a ausência, e a SEAPA também Ana Carla Ribeiro Silva. Secretaria Estado de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. Secretaria Estado de Educação, Cleber Leonardo de Souza, no caso assume a condição de titularidade, Cleber. Pode assentar à mesa, por favor. Cleber Leonardo de Souza. **Cleber**: Presente. **Poliana, SE**: Obrigada. Secretaria Estado de Fazenda, Nelma Barbonari e Silva. **Nelma**: Presente. **Poliana, SE**: SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar**: Presente. **Poliana, SE**: Secretaria Estado de Fazenda, a Elisa Vieira Marques Brigagão Dias. SEPLAG, Thomas Pinheiro de Sá Carvalho também justificou a ausência. Secretaria Estado de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira justificou a ausência. Secretaria Estado de Saúde, Letícia Duflor Bianchini. **Letícia**: Presente. **Poliana, SE**: Assume em condição de titularidade. COGEMAS, Wellington Duarte Ribeiro justificou a ausência. COGEMAS, Rone Aparecido de Almeida. **Rone**: Assume também em condição de titularidade. CMAS de Ipatinga, Flávio Cristian de Assis Miranda. **Flávio**: Presente. **Poliana, SE**: CMAS de Coronel Fabriciano, Letícia Fernandes Godinho. **Letícia**: Presente. **Poliana, SE**: CMAS de Campanha, Joelma Dias Ramos. **Joelma**: Presente. **Poliana, SE**: CMAS de Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. **Ernane**: Presente. **Poliana, SE**: Cleusa Maria de Oliveira chegou? Secretaria Estado de Educação. **Cleusa**: Presente. **Poliana, SE**: Obrigada. Dezenove membros presente. **Nelson, SEDESE**: Obrigado, Poliana. Então a gente tem quórum para a gente poder iniciar a nossa reunião. Aí o primeiro ponto é a apreciação e a votação da ata da plenária 298ª. Todos leram, não sei se todo mundo conseguiu ler a ata. A gente pode ir para a aprovação? Tem alguma, algum destaque? Então pela aprovação? Reprovação. Abstenções. Então ata aprovada. Vou passar aqui então à leitura da nossa pauta, então: primeiro ponto é o cofinanciamento de CREAS municipal para Águas Formosas; o segundo ponto é a LOA de 2025; o terceiro ponto é a proposta de alteração da lei estadual 12.262 de 23 de julho de 1996; o quarto ponto é a respeito do grupo coordenador do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM; quinto ponto, o encontro do CEAS-MG com os CMAS da regional da SEDESE de Teófilo Otoni; o sexto ponto um retorno, uma solicitação por parte da sociedade civil a respeito do retorno da SEDESE, a respeito das demandas apresentadas pelo CEAS. E o sétimo ponto é a solicitação de uma capacitação para a comissão de orçamento. A gente tem alguma inclusão de ponto? **Mariana, SEDESE**: Bom dia, pessoal. Mariana, SEDESE. Sobre o ponto três, que é a proposta de alteração da lei estadual 12.262, eu queria só perguntar, entender e

também sugerir que ficasse como informe porque a SEDESE solicitou que fosse discutido na plenária de setembro, porque ainda tem que passar pela discussão da comissão de normas. E eu também pedi até uma oportunidade para estar reunindo com a comissão de normas para tratar do assunto. Então eu gostaria de sugerir e perguntar se poderia ficar como informe e não ponto de pauta. **Rosalice, CMSSVP:** Na realidade, Mariana, nós fizemos é um fluxo para análise dessa proposta, tá? Ela está dentro do informe da comissão de normas. A proposta de data, a gente então vai fazer uma outra proposta, uma contraproposta de data para você porque a gente quer discutir na comissão de normas e também discutir com os nossos pares, com a sociedade civil e com o governo, ok? Aí na hora da comissão de normas nós vamos estar falando. Não, não é ponto de pauta, ele seria, na realidade, ponto da comissão de normas que foi da mesa diretora, passou para a comissão de normas, então ele estaria dentro dos informes da comissão de normas. **Nelson, SEDESE:** Então só pedir para a Secretaria Executiva alterar aí e incluir isso como um ponto de informe na comissão, não é? Então temos mais alguma questão? Então pela aprovação da nossa pauta. Reprovação ou abstenções. Então pauta aprovada. Bom, aí a gente tem os nossos, inicialmente, os nossos informes, aí o primeiro ponto é a participação dos conselheiros no FONACEAS em Recife. A gente tinha acordado na mesa diretora da gente, de um conselheiro poder relatar a participação de todos lá. **Mariana, SEDESE:** É só porque o Cristiano lembrou também que a gente precisa só pontuar aqui, dar como informe. Mas eu acho que importante, talvez, entrar na pauta, tirar representantes sobre a comissão técnica, desculpa, câmara técnica da CIB que vai discutir proteção especial e tem que se reunir. Quem participou da CIB a gente explicou isso lá. Como a gente gostaria de ter representantes do CEAS na câmara técnica, aí talvez então o que entraria então para ponto de pauta aqui seria tirar representantes do CEAS para participar da câmara técnica. E aí a gente nos informes também que se alguém for relatar, quem participou da CIB, ou se quiser a gente pontua, então seria, primeiro, não é? Informar que a gente precisa reunir a câmara técnica agora em setembro e tirar representações do CEAS para participar. **Nelson, SEDESE:** Então a gente pode incluir como um ponto de pauta? Podemos colocar logo após o cofinanciamento de CREAS municipal? Porque aí o Cristiano já vai estar aqui e a gente já trata desse ponto, pode ser? Então a gente vai alterar, então, aí a nossa pauta. Então além do cofinanciamento do CREAS municipal, como segundo ponto aí a gente inclui a câmara técnica, a gente retirar aqui como representante do CEAS a participação na câmara técnica que vai discutir a proteção social especial. Então todos estão de acordo? Então só para votar de novo. Então pela aprovação. Pauta aprovada. Então vou seguir aqui com os informes. Então o primeiro informe é a participação dos conselheiros do FONACEAS. **Marcelo, OAB:** Inicialmente bom dia a todos os conselheiros. Nós, me foi solicitado aqui pelos companheiros e companheiras que participaram lá do FONACEAS que eu fizesse um relato sobre a nossa participação. De início eu digo que o CEAS

de Minas ele é sempre muito atuante nessas reuniões do FONACEAS, tem uma participação muito ativa em todos os espaços em que ele tem que manifestar. Temos a nossa vice-presidente Simone, que ela, de uma forma bem atuante e brilhante, ela faz as suas intervenções ocupando espaços na mesa de trabalhos em momentos em que se discute regionalmente os problemas vivenciados pelo CEAS. E já falando nesse espaço regional que para mim é um dos espaços mais importantes porque é lá que a gente discute as questões internas que existem nos nossos conselhos. E penso que aqui em Minas, quando viermos fazer esse encontro, que a gente talvez pense num formato um pouco diferente porque nesse que nós tivemos lá nós ficamos muito presos a algumas questões que poderiam ter sido mais avançadas no sentido de construirmos algo melhor. Não sei se os companheiros que lá estiveram também tiveram a mesma impressão. Porque o que nós fizemos neste encontro regional foi discutir aquilo que nós pautamos no encontro de Manaus, a carta de Manaus, e a gente discutiu nesta carta de Manaus aquilo que a gente entendia que era algo importante para levar para o CNAS. E neste encontro nós não discutimos internamente aquilo que os nossos CEAS têm feito, aquilo que são experiências que a gente entende que são experiências que devem ser levadas aos nossos CEAS da nossa região e também vindo da parte deles. Apesar de ter um momento no encontro que são de experiências exitosas de conselhos. Mas o que a gente também deve pensar para o nosso encontro são espaços maiores para que os CEAS possam se manifestar. Porque tivemos somente uma experiência na pauta falada duas ou três, não sei, mas somente uma que teve oportunidade de manifestar. Ao mesmo tempo nesses encontros regionais, no meu ponto de vista, é muito pouco tempo também para a gente dialogar que é uma, duas horas, por aí, para a gente dialogar sobre isso. E no mais são palestras importantes, palestras que nos trazem muitas novidades e nos qualifica ainda mais. Tivemos lá no primeiro painel o controle social e a interface com os fóruns e espaços de articulação, que foi com o presidente que tomou posse no CNAS. E o que a gente achou muito legal neste encontro, ele chama Edgilson Tavares de Araújo. O que a gente achou muito interessante na fala dele foi o compromisso que ele teve do CNAS, com o FONACEAS de aproximar este fórum com o CNAS. O que parece que ainda não é muito acessível e não tem muita aproximação. Penso também que o nosso fórum, o FONACEAS deve também, a gente até falava isso aqui mais cedo, eu, Nelson e Carol, a gente deve pensar sim em fazer calendários em que não haja coincidências de pautas de reuniões de CNAS. A gente até falou aqui de CIT, parece que Mariana deve falar sobre isso, não é? De que a gente tenha calendários diferentes porque esses atores eles são importantes também que participem. E o exemplo disso é de que neste encontro do FONACEAS nós, o presidente do CNAS fez uma fala muito bacana, muito interessante, mas ele não pôde ficar muito tempo lá para o debate porque ele já tinha que ir embora porque ele tinha que chegar para a reunião do CNAS. Ele em respeito ao fórum, ele foi no nosso encontro do FONACEAS, participou e teve que ir embora, ele não pôde nem ficar lá para os demais

dias de discussão. Então o relato que eu faço é mais ou menos este mesmo. Tivemos outras palestras também interessantes, uma delas muito bacana e que eu até anotei, aqui eu já misturei aqui, com o presidente do, ele é presidente, ele é lá do Recife e ele é presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de lá e parece-me que ele já trabalha ou trabalhou na Secretaria de Estado. Mas ele fez um, ele apresentou um painel e nesse painel que ele apresentou, eles tiveram, fizeram uma experiência muito interessante da relação do CEAS com a Secretaria de Estado daquilo que é pautado. Eles fizeram um relatório ou uma planilha, nessa planilha eles conseguem conhecer na questão da prestação de contas naquilo que eles entendem que ainda não foi apresentado, não discutido, eles apresentam um modelo. E colocam este modelo para que todos os CEAS que quiserem utilizá-lo para poder fazer essa aproximação entre CEAS e secretaria. Eu achei bacana o que eles apresentaram. Também tivemos outras palestras lá mais voltadas para a questão técnica do orçamento também que foi apresentado, no mais eu qualifico como o FONACEAS um espaço muito rico e que deve sempre se fortalecer. É nesse sentido. E também fazer um informe de que a Secretaria Executiva nossa também, muito atuante, teve um papel muito importante lá no encontro, principalmente considerando que nós vamos fazer o FONACEAS aqui da nossa região. **Ana Carolina, SE:** Então, gente, o FONACEAS é uma oportunidade das secretárias executivas se reunirem para discutir melhoras, inclusive, dos próprios fluxos que existem nas secretarias executivas do Brasil, dos Conselhos Estaduais. E nesse encontro especialmente, em Recife, eu tive a oportunidade, junto com a Poli, que me acompanhou, da gente fazer a apresentação da nossa Secretaria Executiva. Porque desde o início da minha participação as outras colegas e os outros colegas perceberam que a nossa Secretaria Executiva estava um passo à frente das outras. Apesar das peculiaridades do Brasil, de nenhum CEAS ser como o outro, mas acaba que Minas Gerais tem o maior número de municípios para acompanhamento e apoio. Então nesse encontro de Recife a gente teve a oportunidade de apresentar a nossa secretaria. E aí houve a troca de experiências e possivelmente também a gente vai dar seguimento agora no nosso encontro aqui em Minas. **Poliana, SE:** Só fazendo um complemento da fala da Ana Carolina, com o avanço da Secretaria Executiva, e também isso já foi dito aqui anteriormente, eu me recordo da fala, não é? Do avanço desse colegiado também frente aí ao controle social no estado. A gente percebeu por meio da reunião que tivemos lá com a Secretarias Executivas, das fragilidades tanto do serviço técnico da Secretaria Executiva quanto do próprio CEAS também, do colegiado. Então é importante destacar que o CEAS MG ele está muito à frente, ele é qualificado. Parabéns para vocês. **Mariana, SEDESE:** Muito bom. Eu fico feliz quando eu escuto, lógico. Então, gente, é porque é isso, essa semana também teve reunião do FONACEAS e da CIT. E aí foi destacado o avanço do FONACEAS, o quanto que o FONACEAS está se consolidando como espaço importante de articulação dos CEAS da mesma forma que a gente tem o CONGEMAS dos gestores municipais e o FONACEAS

dos secretários estaduais. Só que aí o ponto de, vamos dizer, reclamação, foi que o FONACEAS está coincidindo agendas com CIT e CNAS. E aí o quê que eu acho importante falar aqui para esse CEAS pensar e levar para os outros CEAS também? A gente tem as instâncias máximas de pactuação e deliberação que são CIT e CNAS. O calendário da CIT e do CNAS ele é anual e fixo também, às vezes cancela, mais as extraordinárias, mas ordinariamente é de dois em dois meses e a gente já tem o calendário anual. E aí o que foi falado que é muito importante que o CEAS, assim como o CMAS e gestores de modo geral, todo mundo acompanhe as reuniões que são pelo YouTube, tanto da CIT quanto do CNAS. Por quê, gente? As deliberações estão lá, então assim, o que sai de decisão do SUAS do país que vai impactar todo mundo está lá. Então como que no dia da reunião da CIT e do CNAS o FONACEAS vai estar reunindo? Significa que ele não vai acompanhar a pauta. E aí essa semana ela foi, a pauta da CIT ela é sempre muito cheia. Essa semana a pauta mais importante foi a LOA de 2025, teve portaria do Bolsa Família que vai impactar diretamente os municípios, principalmente, os estados também. As alterações do BPC que a gente vai ter mais de um milhão de famílias impactadas já a partir daqui trinta dias. Então assim, são coisas, são pautas, assuntos extremamente relevantes que impactam todos os estados e todos os municípios. E aí ficou isso assim, não é? Ficou esse incômodo de os CEAS não estarem acompanhando isso. Então eu trago aqui, eu acho que todo as essas organizações elas são autônomas e independentes, mas o que eu estou trazendo aqui é um relato que aconteceu de âmbito nacional para todo mundo fazer essa reflexão e pensar se realmente vai coincidir essas datas aí na reunião de outubro. **Nelson, SEDESE:** Obrigado pelo relato. Só para registrar que eu trouxe essa demanda da Mariana para o Marcelo e para a Carol para a gente levar isso para a mesa diretora do FONACEAS. E também para a gente pensar até enquanto calendário de CEAS, porque aí a Carol mencionou acho que, em algum momento, a gente já teve alguma reunião coincidente do CEAS com destas outras instâncias. Então é importante a gente avaliar isso também, não é? Considerando que são calendários anuais. Aí o próximo ponto é o resultado do processo eleitoral da quarta vacância do CMAS, sociedade civil. **Laís, CMAS Ipatinga:** No dia 25 de julho aconteceu a eleição onde tivemos como candidatos a cidade, o conselho de Coronel Fabriciano, o conselho de Teófilo Otoni e o conselho de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves e Teófilo Otoni tiveram dois votos, Coronel Fabriciano teve um voto. Para o desempate foi o conselho, a lei mais antiga, que foi a lei de Teófilo Otoni. Então quem vai tomar posse no próximo mês, se Deus quiser, vai ser o Conselho Municipal de Teófilo Otoni que vai fazer parte do CEAS. **Nelson, SEDESE:** João Paulo lembrou aqui, a gente vai discutir sobre isso, mas acho que é até importante depois registrar com o conselho lá, porque dia cinco a gente tem um encontro lá em Teófilo Otoni, então ela já vai chegar no CEAS sediando um encontro na regional dela lá. Aí a gente tem, assim, só para a gente, a gente quer apresentar formalmente, ontem ela já participou aqui à tarde com a gente, é a Mariana, que é a nova

estagiária aqui do CEAS. Então seja bem-vinda, viu, Mariana? **Mariana, Estagiária da SE:** Oi, gente, bom dia. Eu sou graduanda em psicologia pela UFMG e estou à disposição aí de vocês caso vocês precisem. Obrigada. **Nelson, SEDESE:** Bem-vinda, viu, Mariana? Aí no nosso regimento interno o próximo ponto seria a apresentação das comissões. Nas últimas reuniões a gente acordou de colocar a apresentação das comissões para o final da pauta, então está todo mundo de acordo, não é? A gente manter assim até que o regimento interno seja alterado. Então o primeiro ponto é acerca do cofinanciamento de CREAS municipal para Águas Formosas. Ontem a gente já teve apresentação, o Cristiano, que é superintendente da Proteção Especial esteve em reunião com as comissões conjuntas, e a gente trouxe já algumas questões. Eu não sei se vocês querem já ir, na reunião da comissão conjunta a gente definiu que a gente já iria direto para a minuta da resolução. Mas só entender se restou alguma dúvida, algum questionamento, que aí o Cristiano está aqui também, acho que ele pode pontuar caso tenha alguma questão. Então a gente pode abrir a minuta de resolução? Então vou fazer a leitura aqui da resolução, aí se tiver algum destaque aí o pessoal menciona aqui. Resolução CEAS 22 de agosto de 2024, aprova o reordenamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS Regional Mucuri, com o cofinanciamento para implantação do CREAS municipal de Águas Formosas e de sua consequente desvinculação da área de abrangência da unidade regional. Então o Conselho Estadual de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 13 da lei estadual 12.262, considerando a lei estadual, considerando a lei federal 8.742, considerando a lei estadual 12.227, considerando a resolução CNAS 109, considerando a resolução CIT 17 que dispõe sobre princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS. Considerando a resolução CNAS 31 alterada pela resolução CNAS 32 que dispõe sobre princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Considerando a resolução CIB 06 de 19 de agosto de 2024, que pactua o reordenamento do CREAS regional Mucuri com o cofinanciamento para implantação do Centro de Referência Especializada em Assistência Social, CREAS Municipal em Águas Formosas e consequentemente a desvinculação de áreas de abrangência da unidade regional. E considerando a deliberação da 299ª Plenária Ordinária realizada em 23 de agosto de 2024 resolve: artigo 1º, aprovar o reordenamento do CREAS regional Mucuri com cofinanciamento para implantação e manutenção de forma continuada. Aí só fazer um destaque que essa manutenção, e manutenção de forma continuada foi uma solicitação já feita ontem na comissão, para a gente incluir, de um Centro de Referência Especializada de Assistência Social, CREAS Municipal em Águas Formosas e a consequente desvinculação da área de abrangência da unidade regional. Parágrafo 1º, o prazo de implantação da unidade será de até seis meses a contar do recebimento do primeiro repasse de recurso pelo município. Parágrafo 2º, durante o período de implantação o município de Águas Formosas se mantém na área de abrangência do CREAS Regional Mucuri. Parágrafo 3º, a

desvinculação do município da área de abrangência do CREAS Regional de Mucuri, somente ocorrerá após a efetiva implantação da unidade do CREAS municipal que seria comprovada a partir da ativação da unidade no sistema CADSUAS. Artigo 2º, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SEDESE, repassará para cofinanciamento da unidade do CREAS municipal em Águas Formosas o valor de 10 mil reais mensais com repasses a partir de novembro de 2024. Parágrafo 1º, o recurso do cofinanciamento será transferido na modalidade fundo a fundo do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, conforme disponibilidade orçamentária e financeira do FEAS. Observadas as disposições constantes no decreto estadual 48.269 de 20 de setembro de 2021. Parágrafo 2º, a continuidade do repasse dos recursos para o município observará a demonstração da implantação do serviço conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 1º. Artigo 3º, o município deverá firmar termo de aceite disponibilizado pela SEDESE no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e preencher o respectivo plano de serviços relativo à transferência, disponibilizado pela SEDESE, e tramitado no sistema de gestão de convênios, portarias e contratos do estado de Minas Gerais, CIGCON MG módulo SAETA. Artigo 4º, ao firmar o termo de aceite, o município de Águas Formosas assume, dentre outros compromissos: um, implantar os serviços conforme as diretrizes, parâmetros, normativas e orientações previstas na política de assistência social bem como na tipificação nacional de serviço socioassistenciais para a oferta de serviço de proteção social especial de média complexidade em unidades de CREAS; dois, constituir equipe de referência da unidade de acordo com o previsto na norma operacional básica de recursos humanos do SUAS, NOB/RH-SUAS; três, alocar recursos próprios para cofinanciamento da unidade em montante suficiente; quatro, promover capacitação permanente da equipe técnica; artigo quinto, a SEDESE irá acompanhar e apoiar tecnicamente o município de Águas Formosas durante todo o período de implantação, bem como oferecer capacitação à equipe técnica contratada; artigo sexto, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 23 de agosto de 2024. **Patrícia, Feapaes:** Da mesma forma que a gente colocou manutenção em cima, eu sugiro que nesse período, no artigo, acho que é o quinto, não é? Que a SEDESE irá acompanhar e apoiar tecnicamente o município de Águas Formosas durante todo o período de implantação e durante a manutenção. Para mostrar que a orientação ela tem que ser permanente, não é? Não só na implantação do serviço. **Nelson, SEDESE:** Então aí ficaria, a alteração ficaria então: A SEDESE irá acompanhar e apoiar tecnicamente o município de Águas Formosas durante todo o período de implantação e manutenção. **Patrícia, Feapaes:** Execução fica melhor. **Nelson, SEDESE:** Durante todo o período de implantação e execução do serviço, bem como oferecer capacitação à equipe técnica contratada. **Marcelo, OAB:** Nesse artigo quinto também, ao final, está lá “Bem como oferecer capacitação à equipe técnica contratada”, pode ser que lá no município já tenha equipe técnica, eu não sei se. Pois é, eu só estou levantando isso

porque eu não sei se o município já tem equipe técnica e não há necessidade de dizer contratada, só algo, não é? Equipe técnica. E também tem aquela outra questão que eu aponte ontem na reunião, pode ser um preciosismo meu, artigo segundo, parágrafo primeiro. Pode ser um preciosismo meu, mas quando fala ali de conforme disponibilidade orçamentária e financeira do FEAS, como foi dito ontem pela técnica Roberta, se já, a Lei de Responsabilidade Fiscal já trata disso, eu penso que talvez não seria o caso de ficara consignado para não haver qualquer dúvida por parte do município de que esse recurso não vai chegar de forma continuada. Inclusive foi até através dessa discussão é que a gente entendeu que no artigo primeiro deveria colocar manutenção, e aí a Patrícia teve uma, atentou muito bem por isso. Muito obrigado. **Nelson, SEDESE:** Então o parágrafo primeiro do artigo segundo ficaria só assim “recursos do cofinanciamento será, o recurso do cofinanciamento será transferido na modalidade fundo a fundo do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social.” Temos mais alguma questão? Então a gente pode ir para a votação? É nominal. **Poliana, SE:** Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Aparecida Souza Santos. **Jennifer, PSIND:** É Jennifer Daniele Souza Santos. **Poliana:** Jennifer Daniele Souza Santos. **Jennifer, PSIND:** Pela aprovação. **Poliana:** Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo, OAB:** Presente. Presente e pela aprovação. **Poliana, SE:** APAE de Belo Horizonte, Maíra Queiroz Camilo? **Mayra, APAE BH:** Presente e pela aprovação. **Poliana, SE:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte, a Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, CMSSVP:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza, LIJJ:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, ARMI:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva. **Laís, CMAS Ipatinga:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. **Fernanda, CMAS Campanha:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isaac dos Santos Lopes. **Isaac, CCQAMRD:** Voto pela aprovação. **Poliana, SE:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima Leon. **Wellington, FMLDUSU:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** SEDESE, Nelson Fernando Maure Carvalho. **Nelson, SEDESE:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo, SEDESE:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Secretaria de Estado de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. **Cleusa, SEE:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Secretaria Estado de Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. **Nelma, SEF:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, SEPLAG:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Secretaria Estado de Saúde, Letícia Dufloor Bianchini. **Letícia, SES:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** COGEMAS, Roni Aparecido de Almeida. **Roni, COGEMAS:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** CMAS de Ipatinga, Flávio Cristian de Assis Miranda. **Flávio, CMAS Ipatinga:** Pela aprovação.

**Poliana, SE:** CMAS de Coronel Fabriciano, Letícia Fernandes Godinho. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Dezenove aprovações. **Nelson, SEDESE:** Então reordenamento e resolução aprovados. Aí eu vou chamar então o Cristiano só para ele, então a gente já partindo para o segundo ponto que é a respeito da indicação de representantes do CEAS para discussão na câmara técnica da CIB. **Cristiano, SEDESE:** Bom dia a todas e todos. Primeiro, parabéns pela aprovação, a gente falou ontem à tarde, não é? Acho que a gente, apesar de ser um município só é muito simbólico isso porque isso demonstra também ter a ver com esse próximo informe aqui que é sobre a câmara técnica, que é esse esforço, de fato, de cofinancia e apoiar os municípios que mais precisam, que são aqueles municípios que têm tido um aumento de caso. Bom, a gente tinha conversado lá na subsecretaria de trazer esse informe aqui para o CEAS sobre a câmara técnica, porque a gente vai retomar as reuniões, mas eu preciso contextualizar, primeiro, o quê que é a câmara técnica. Isso é uma previsão já do SUAS de ter um espaço de discussão ampliada por meio de câmaras técnicas que são similares a grupos de trabalho, que discutem, tecnicamente, alguns pontos para poder levar esses pontos que são discutidos de modo mais ampliado na câmara técnica para discussão na CIB e possível pactuação e depois para o CEAS. Então essa câmara técnica, específica, ela é uma câmara técnica que foi uma solicitação nossa, da Subsecretaria de Assistência Social, especificamente da Superintendência de Proteção Especial, que é a superintendência que eu respondo, em 2021. A gente ainda estava no período, para quem se lembra, parece que tem tanto tempo, não é? Mas estava ainda na pandemia, não é? A gente estava todo mundo, assim, sofrendo muito com a pandemia. Mas como eu falei ontem na reunião que a gente discutiu sobre Águas Formosas, desde 2019 que a gente lá na especial, lá no governo do estado, a gente vem pensando outras estratégias pra ampliar o cofinanciamento estadual para a proteção especial. Então lá em 2021 a gente já tinha avançado um pouco, a gente começou esse trabalho técnico nosso interno desde 2019. Em 2021 a gente já tinha claramente uma ideia que era no estado como Minas Gerais, eu citei esses números ontem, Minas Gerais tem 853 municípios, dos 853 municípios, 667 têm menos de 20 mil habitantes, é um número gigantesco. Hoje a proteção básica no estado ela está universalizada, então todos os municípios do estado de Minas Gerais têm pelo menos uma unidade de CRAS que é a unidade de referência da proteção básica. Na proteção especial já é, a situação já é completamente diferente, porque a gente tem 100% de cobertura de CREAS, que é a unidade referência de atendimento da média complexidade, dos casos de violação de direitos, 100% de cobertura em municípios de médio porte e grande porte e na metrópole, não é? A gente tem um ou dois municípios, eu não lembro o número agora como é que ficou, mas um ou dois municípios só de pequeno porte dois que têm entre 20 mil e 50 mil habitantes que não têm CREAS, mas a maioria, de fato, dos municípios que não têm CREAS são os municípios de pequeno porte um. A gente já vinha identificando, como eu falei ontem, o aumento da incidência de violação

de direitos em municípios de pequeno porte um. E naquele momento o que a gente discutiu internamente foi: precisamos de outras estratégias. E a estratégia que a gente decidiu abraçar para poder discutir com os municípios e com outros convidados era: precisamos de recursos estaduais para ampliar o cofinanciamento para municípios que tem alta incidência. Então a gente precisa de ter uma estratégia para dar conta desse número gigantesco. A gente tinha, naquele momento, mais ou menos uns 580 municípios do estado que não tinham um CREAS municipal, então a gente pensou: precisamos discutir isso com outros atores. Então foi por isso que a gente chamou a câmara técnica, fez essa solicitação para a CIB. E assim, eu preciso dizer que foi um ato de coragem da equipe nossa lá da SUBAS naquele momento, porque era 2021, a gente estava num momento muito tenso, inclusive nacionalmente. Mas em Minas Gerais a gente decidiu enfrentar esse desafio de fazer uma discussão sem ter nenhum horizonte naquele momento de recurso estadual para poder bancar isso. Quando a gente levou isso a Mariana tinha acabado de chegar na SUBAS, a gente trouxe isso para a Mariana e falou: “Mariana, a gente sabe dos riscos, porque na hora que a gente começar essa discussão no CEAS, na CIB com os municípios, a gente vai ter uma cobrança e uma pressão por parte dos municípios de recursos.” Hoje a gente não tem esse horizonte, mas a gente precisa tornar visível esse desafio enorme de Minas Gerais que é o fato de que centenas de municípios não têm cofinanciamento para CREAS municipal. Então assim, eu falo que é um ato de coragem porque quando a gente pediu a câmara técnica, logo nas primeiras reuniões da câmara técnica isso apareceu. Que foi, gente, a situação de Minas Gerais é essa, a gente tem centenas de municípios que não têm cobertura de proteção especial, a gente precisa identificar essa necessidade da cobertura em Minas Gerais. Naquele momento não existia nenhum diagnóstico estadual sobre a incidência de violação de direitos. A gente tem muitos diagnósticos sobre vulnerabilidade sócio econômica, que foi o que eu mostrei ontem, quando a gente vê o mapa de Minas Gerais a gente consegue identificar as regiões do estado que são as mais pobres. Mas a gente não tinha um diagnóstico da incidência de violação de direitos nesses municípios pequenos que não têm CREAS. Então quando a gente chamou a câmara técnica e ela foi aprovada pela CIB, ela é uma câmara técnica que tem cinco membros da SEDESE, da SUBAS, e cinco membros do COGEMAS, que é a composição da câmara técnica. Mas como ela é uma discussão ampliada, a câmara, a própria resolução que aprovou a criação da câmara técnica ela estava prevista lá também em chamar convidados. Então o CEAS, desde o início, participou também de todas as reuniões, a gente já fez nove reuniões desde então, o CEAS sempre participou porque isso ajuda muito CEAS participar da câmara técnica porque na hora que a gente chega para pactuação do resultado da câmara técnica na CIB e no CEAS os representantes do CEAS já terão conversado com os seus pares no CEAS para informar todos os passos que a câmara técnica está dando, então isso já ajuda também. Além da contribuição técnica do CEAS também que é muito importante, das representações, principalmente

da sociedade civil. Então assim, quando a gente fez isso lá em 21 a gente começou as discussões da câmara técnica e a primeira pactuação que a gente fez na câmara técnica foi de que o primeiro produto que a câmara técnica iria discutir era a realização de um diagnóstico estadual sobre a incidência de violação de direitos em municípios de pequeno porte um. De novo eu chamo atenção da coragem que a gente teve, de todo mundo já quando a câmara técnica foi criada, porque a gente sabia que tudo aquilo que a gente já estava identificando nas conversas com os municípios iria aparecer. Que é esse cenário, olha, temos 587 municípios no estado que não têm CREAS, e a gente sabe que existe um número muito grande de municípios com alta incidência. Então assim, o primeiro produto da câmara técnica, isso foi feito, foi pactuado na câmara técnica, mas a elaboração do diagnóstico foi uma elaboração técnica feita em conjunto com, entre a Superintendência de Proteção Especial com a Superintendência de Vigilância e Capacitação, a diretoria de média complexidade da especial com a diretoria de vigilância socioassistencial, o João está aqui, que é conselheiro, ele participou ativamente disso. A gente fez um relatório bem profundo a respeito desses municípios sem CREAS, esse diagnóstico ele está disponibilizado, isso gerou uma planilha gigante porque a gente teve que criar um indicador também para saber sobre essa incidência de violação de direitos e esse foi o primeiro produto da câmara técnica e foi um avanço gigantesco. Porque hoje a gente consegue identificar isso, dos 587 municípios que foram diagnosticados com menos de 20 mil habitantes, têm dois que entraram que tinham entre 20 mil e 50 mil, foram 589 municípios no total. Desses 589 municípios do total, que são municípios de pequeno porte que não têm CREAS, não tinham CREAS naquele momento, em 2021, a gente identificou 206, que é um número bem alto, 206 municípios com alta incidência de violação de direito. Então na hora que a gente voltou para a câmara técnica para discutir o diagnóstico a gente falou: olha, gente, está vendo? Temos 206 municípios com incidência. Eu não vou dar detalhes aqui, mas a importância desse diagnóstico foi muito grande, porque em 2022 quando a gente fez a primeira grande expansão de cobertura de cofinanciamento para municípios de pequeno porte que foi aprovada pelo CEAS, a gente pegou 19 municípios desse diagnóstico. Então dos 206 municípios com alta incidência, a gente já não tem mais 206 porque 19, os 19 primeiros já saíram porque hoje eles têm cofinanciamento para CREAS municipal. O outro grande avanço do diagnóstico foi a discussão do PPAG no ano passado, porque na discussão do PPAG no ano passado, aqui no CEAS, inclusive, a gente pactuou na ação 4429, que é a ação da média complexidade, a expansão gradativa de cofinanciamento para CREAS municipal até 2026 para chegar nesse número de 206 municípios com CREAS municipais implantados. Talvez os números não sejam mais esses, mas a gente tem, além desses, a gente pactuou também na discussão do PPAG ampliar o cofinanciamento para aqueles municípios de pequeno porte que já têm CREAS municipais, mas não têm nenhum cofinanciamento, nem federal nem estadual que estão bancando essas unidades com

cofinanciamento somente municipal. Então assim, acho que isso foi um avanço muito grande, esses números estão todos no nosso PPAG, eu acho que o número final é 255, se não me engano, até 2027. Ontem na apresentação da LOA, e acho que hoje vai repetir, a Roberta e o Nelson já deram essa notícia de que o que a gente pediu de recurso financeiro para ampliar para 2025, que está previsto no nosso PPAG, a gente vai conseguir cumprir, então já serão 70 novos CREAS. Então assim, a câmara técnica tem uma importância muito grande porque é a partir da câmara técnica que saem essas discussões mais política e estratégicas, além de técnicas também, que vão subsidiar não só as pactuações na CIB, quanto também as pactuações, as aprovações no CEAS e as nossas discussões internas lá nas negociações internas dentro da SEDESE, com a Secretaria de Fazenda, com a Secretaria de Planejamento. Então assim, eu dei uma geral aqui, mas a câmara técnica, ao longo de 2021, 22 e 23, a gente fez outras discussões, inclusive, que ampararam o reordenamento dos CREAS regionais em 2022, que foi aprovada aqui no CEAS também, e essa ampliação que eu falei dos cofinanciamentos municipais, que a gente tem hoje 32 municípios cofinanciados. Para finalizar, assim, uma das questões que a gente trouxe para a pactuação na câmara técnica, para discussão na câmara técnica que gerou pactuação e aprovação no CEAS, foi um aceite federal de 2014 que os estados fizeram com o Governo Federal, os CREAS regionais estão inseridos nesse aceite. A gente mudou as metas de implantação da média complexidade que estavam previstas no plano estadual de regionalização que é de 2015, mas a gente decidiu também encarar essa situação em relação à alta complexidade. Então a gente quer voltar essa discussão para a câmara técnica. A gente conseguiu amadurecer na gestão hoje uma proposta, a gente entendeu, e acho ontem a gente fez essa discussão, que a gente precisa simplificar as coisas. Isso não significa tirar essa responsabilidade do estado, significa facilitar inclusive para os municípios. Então a gente quer trazer uma discussão para a câmara técnica de cofinanciamento para o serviço de família acolhedora para ampliar o financiamento do estado para municípios com serviço de família acolhedora. Mas isso é uma proposta que a gente quer apresentar na câmara técnica, discutir junto com a câmara técnica, para poder fechar, também, essa parte do aceite federal de 2014, que ficou pendente essa parte da alta complexidade. A gente sabe que ainda é pouco, a gente tem propostas que a gente quer discutir também de ampliação para outros públicos também no âmbito da alta complexidade. Mas essa discussão específica sobre o aceite de 2014 a gente quer fazer junto com a câmara técnica. Então esse é o contexto, quis falar, assim, um pouco mais para todo mundo entender o quê que é a importância da câmara técnica. Como eu falei, a composição oficial são cinco membros da SEDESE e cinco membros do COGEMAS, mas ela é aberta para outros convidados. Inclusive o Ministério Público participa ativamente dessas discussões, além de outros atores, não é? Então assim, a gente gostaria que o CEAS pudesse participar ativamente das reuniões, a gente quer, a gente ainda está pensando no calendário, mas provavelmente em setembro a gente já vai pensar uma

primeira reunião para fazer essa discussão a respeito desse aceite. A Mariana sugeriu de que pelo menos dois representantes do CEAS participassem dessas reuniões da câmara técnica, aí a decisão é de vocês. Oficialmente, para poder, inclusive, trazer os resultados, mas todos os membros do CEAS podem, os conselheiros podem participar da câmara técnica também se quiserem, eu acho que quanto mais participação é melhor para a gente poder construir juntos essa proposta que a gente trouxe, e também ver se há viabilidade, se é possível também pensar. Então assim, acho que era isso, era só esse informe longo, não é? Obrigado. **Nelson, SEDESE:** Obrigado, Cristiano. Tem alguma dúvida, gente? Alguém quer trazer algum ponto? Porque aí o Cristiano também pode, não é? **Jeniffer, PSIND:** Eu queria só entender a frequência, qual a frequência das câmaras técnicas? Da câmara técnica? **Cristiano, SEDESE:** Aí assim, o quê que a gente faz? Na primeira, a gente convoca a primeira reunião e pactua lá na reunião com os participantes como é que vai ser a frequência. Assim, para essa discussão específica que é o objetivo aqui que a gente está pedindo a abertura, a reabertura da câmara técnica, é para discutir um ponto específico que é desse aceite de 2014. Eu estou imaginando que umas duas reuniões sejam suficientes para a gente fazer essa discussão. Então geralmente a gente faz numa manhã ou uma tarde toda em dias diferentes, o calendário ainda estou fechando com a Mariana porque a gente tem uma questão de final de ano complicada. Mas a proposta, a gente tem três cenários que eu preciso combinar com a Mariana ali, mas a ideia seria a gente trazer já para a discussão na CIB e no CEAS em outubro. A Mariana quer, pensa diferente, discordamos publicamente aqui na frente de todo mundo. Mas enfim, seriam isso, suas reuniões, mas enfim, aí a gente também discute na primeira reunião qual que vai ser a frequência. **Mariana, SEDESE:** É porque além disso tudo que o Cristiano já falou, nós vamos conseguir adiantar um pouco a implantação desses CREAS municipais que estão no PPAG do ano que vem para a gente iniciar esse ano. Então, assim, e aí eu estou muito preocupada com o nosso tempo de fim de ano, por isso que é importante a gente amadurecer o máximo na câmara técnica e conseguir aprovar aqui em setembro. Porque o nosso problema é a operacionalização junto aos municípios, considerando que nós estamos em final de gestão municipal e coincide com o final do exercício do orçamento do estado. Então a gente tem condição de adiantar essa implantação de CREAS para esse ano, só que a gente precisa de um esforço muito grande de todo mundo, não só para a gente deliberar, mas também para a gente operacionalizar. **Nelson, SEDESE:** Acho que assim, o Cristiano já trouxe a participação do CEAS como um todo é aberta, então o CEAS como um todo vai, pode estar lá presente, não é? Enquanto convidado da câmara técnica. Acho que a solicitação da gente indicar dois nomes é muito no sentido de que essas duas pessoas fiquem responsáveis por acompanhar e também para trazer depois informações para o CEAS. Eu acho que isso é importante. O Marcelo está sugerindo para a gente propor três nomes, que seria da sociedade civil, um trabalhador, um usuário e uma entidade, porque aí teria uma representação de cada um, eu

não me oponho. E a Letícia está sugerindo a Erica. Eu também acho que a gente pode então colocar um governamental, se a Erica quiser, e mais um de cada uma das outras representações enquanto sociedade civil. Se todo mundo estiver de acordo, aí quem tiver interesse acho que se manifestar.

**Fernanda, CMAS Campanha:** Bom, eu como usuária eu me disponho a participar, a estar acompanhando as reuniões, as discussões para que possa estar trazendo depois para o CEAS.

**Matheus, MLGBTQIA+ de Cláudio:** Só cumprimento aí, inicialmente, o Cristiano, e que bom que você explicou novamente porque eu perguntei na CIB sobre a câmara técnica. É bom a gente entender e, assim, a expectativa que a gente tem por entender que é um espaço que traz resultados e resultados que a gente percebe dos municípios, que a gente percebe desses levantamos, dessa necessidade de atualização. Então é um espaço muito importante onde nós da sociedade civil vamos poder trazer essa aproximação, realmente, dos municípios, de compreender até esses desafios, como a Mariana trouxe, mas a importância de o espaço estar acontecendo, nós estarmos presentes e conseguir trazer resultado e respostas. Como eu já estou representante do CEAS na CIB, conversando com os companheiros conselheiros, Conselheiro Leon e Conselheiro Isaac, eles querem manter meu nome para também acompanhar os trabalhos da câmara técnica. Eu fico feliz também por acreditar que esse espaço vai ser muito importante para aprendizado, mas principalmente para trazer respostas e ter o serviço nesses espaços de município de pequeno porte, dada essa incidência, é muito importante. Porque a gente percebe a proteção básica, o clamor de toda a proteção básica, de todos esses atores que fazem isso de ter que atender a essas demandas e muitas das vezes descobrir. E aí tendo o serviço específico da proteção especial a gente vai conseguir avançar na garantia de direitos e superar, aos poucos, as violações também.

**Ludmilla, CRESS-MG:** Primeiramente ressaltar a importância da pauta, pensando aí em um momento que nós estamos constantemente questionando a respeito de recurso, da necessidade de ampliação de serviços, de pensar as condições dos trabalhadores e dos usuários. É uma pauta realmente importante, pensando nos municípios, e me coloco à disposição para participar enquanto trabalhadora.

**Nelson, SEDESE:** Enquanto a entidade está discutindo aqui, só reforçar um ponto, assim, porque quando a Ludmilla fala da importância, eu acho que também reafirma algo que o CEAS vem discutindo já há algumas plenárias da importância da gente ter pautas que discutam a execução do serviço. Porque às vezes a gente fica muito em questões burocráticas e aí agora a gente, acho que vem de encontro com o que o CEAS está discutindo também da importância do CEAS participar desses espaços de discussão quanto à execução dos serviços.

**Patrícia, FEAPAES:** Eu tenho interesse de participar, representante de entidades.

**Érica, SEDESE:** Muito feliz pela indicação, como mesmo a Letícia disse, tem sido a minha pauta de discussão profissional que eu tenho levado e eu vou ficar muito satisfeita em contribuir.

**Nelson, SEDESE:** Aí a gente só tem uma questão então, a Fernanda e o Matheus, enquanto usuários, têm interesse, pode ser os dois? Então a

gente pode combinar assim, a gente indica então os dois, aí depois pedir só para a Secretaria Executiva fazer um ofício indicando a representação dos dois. Aí ficaria então Fernanda, Matheus, Érica, Patrícia e Ludmilla. Então está todo mundo de acordo? A gente votar aí pela aprovação. Então reprovação, abstenções, Então aprovado aí os, quantos nomes? Um, dois, três, quatro, cinco nomes, não é? Então, gente, dando continuidade à nossa pauta, o terceiro ponto é a LOA 2025. Ontem a gente fez uma reunião também de comissão conjunta, a Roberta, superintendente do FEAS fez a apresentação. A gente destacou alguns avanços nessa, durante a apresentação e nas proposições que a SUBA fez para a execução no FEAS. E aí acho que como destaque o Cristiano já mencionou aqui hoje a já aprovação do cofinanciamento de setenta CREAS municipais. A gente falou da, também da liberação ali do recurso para que a gente, depois a gente vai discutir tudo isso, não é, gente? Mas acerca do aumento do piso o recurso que foi destinado para o controle social, também prevendo a execução das conferências, tanto estadual quanto as conferências regionais e aí da conferência nacional. Então a gente já tem uma garantia de recurso ali. Então acho que a gente fez um, e a Roberta apresentou aqui, de maneira geral, o que tinha sido apresentado para o CEAS numa reunião de plenária anterior e o quê que foi apresentado, e o quê que foi aprovado pelo COFIN. Então aí eu coloco em discussão para a plenária, acho que comissão de orçamento se reuniu ontem também para trazer mais alguma contribuição. E aí também a Roberta está aqui caso tenha alguma dúvida, alguma questão a gente também pode retomar a discussão. **Mariana, SEDESE**: Então, a pauta da LoA foi discutida ontem na comissão e o relato que a equipe me trouxe até que a discussão foi muito boa. Mas eu quero só reforçar, gente, duas coisas que eu acho que estão diretamente relacionadas. A gente teve há uns dias atrás uma conversa rápida da nossa secretária, da Lê Portela com a secretária da SEPLAG, a Camila Neves. E aí eu quero só reforçar assim que o compromisso do governo, que embora a gente sempre fala que o recurso é insuficiente, mas que a SEPLAG tem feito um esforço para atender todas as nossas pautas, inclusive o retorno do, o começo das reuniões do grupo coordenador do FEM que esse conselho aqui pediu tanto, que vai acontecer agora em setembro. Então o que a SEPLAG trouxe para a gente é que esse mês de agosto eles estavam totalmente empenhados na construção da LOA de 2025, do governo inteiro, então são várias secretarias, várias unidades orçamentárias. Mas os pleitos que a gente levou está tendo um esforço do governo para atender, está tendo toda a organização para o grupo coordenador do FEM funcionar. E aí as pautas do FEM com o FEAS elas vão estar nesse grupo coordenador. Então eu só queria ressaltar assim, embora a nossa demanda seja muito maior, eu considero que a gente está tendo o avanço que a gente pretende, que a gente gostaria de ter. Inclusive para cumprir o nosso PPAG porque aí as metas estão no PPAG, então tudo indica que a gente vai cumprir as metas. E aí depois, inclusive, na revisão do PPAG do ano que vem a gente pode verificar se a gente tem capacidade operacional para conseguir fazer várias ampliações. A gente já discutiu aqui a ampliação

do piso mineiro. Então tudo indica que ano que vem a gente vai conseguir cumprir as metas do PPAG de implantação de CREAS municipal, a ampliação do piso mineiro, conferência, educação permanente. Então eu acho que é importante ressaltar, e eu acho que com certeza esse CEAS tem sido fundamental em todas essas discussões, em todos esses avanços e o governo tem se mostrado muito aberto para esse diálogo e para atender às nossas demandas. Então acho que eu precisava fazer essa frase aqui de reconhecimento de todo mundo agindo conjuntamente. **Jennifer, PSIND:** Vou apresentar o parecer da comissão, mas antes eu já, após o parecer eu gostaria de cinco minutos para discutir com a sociedade civil, por gentileza. Cinco minutos para discutir com a sociedade civil. Então, o parecer da comissão de orçamento é pela, é, dez minutos, dez minutos para vocês não brigarem com a gente depois porque a gente está atrasando. É, o FEM. Ontem nós tivemos uma discussão longa sobre o assunto, a gente colocou os nossos pontos de que esse valor que realmente representa uma vitória aí da sociedade civil organizada. Também do CEAS, não é? O CEAS participou, principalmente esse ano nesse novo mandato ativamente dessa construção como um todo. Também no âmbito legislativo nós tivemos aí puxado pela deputada Bela Gonçalves, mais outros do grupo também que a gente teve um grande apoio para que a gente tivesse essa vitória de termos hoje o mínimo de 15% vinculado ao orçamento aí da política de assistência social no nosso estado. Então nós reconhecemos essa vitória como uma vitória nossa, de todos nós que estamos aqui trabalhando tanto e há tanto tempo para ter algum recurso vinculado. Então a gente sabe que nós temos que comemorar e que não é pouco o que está para a gente nessa proposta. Porque antes nós tínhamos que, muito, não é? Na hora que era apresentada a proposta a gente tinha ainda que correr muito atrás, tinha muita luta para chegar em muito menos do que está sendo apresentado agora. Sabemos disso, porém com a ressalva de que não foi o acordado, não foi apenas os 170 que está sendo apresentado e que foi o que nós conquistamos de toda a mobilização, de tudo o que nós fizemos o acordo com o estado, com o governo. Então falta muito ainda para que sejamos atendidos no mínimo que foi o que a gente conquistou por meio de tanta discussão, de tanta luta. Então é isso, a gente reconhece essa vitória, nós entendemos que é um avanço, um grande avanço. Nós reconhecemos também, eu não falei na fala do Cristiano, mas a gente reconhece o trabalho também da secretaria, de todos os trabalhadores aí que estão ativamente buscando a melhoria e a efetivação da nossa política. Porém a gente sabe o quanto que perdemos sim, o quanto que ainda não conquistamos do que tínhamos acordado com o governo e governo não está cumprindo com isso, com o acordado. Então já falando do parecer da comissão, o parecer é pela aprovação, com a ressalva, com essa ressalva de que o mínimo que a gente esperava, que foi o acordado para 2024, que é os 332 milhões de reais. Era isso que era o mínimo também com a atualização desse valor para 2025, então tem essa ressalva. A gente também coloca essa ressalva de que enquanto CEAS a gente tem que pontuar que nós esperamos que não haja mais quebra de acordo, por quê? Porque é

tão difícil a gente chegar a um acordo, a gente faz tanta mobilização, a gente desgasta, coloca a nossa energia, coloca os nossos recursos. E de toda população se a gente ver o quê que foi na assembleia legislativa foi uma das maiores audiências públicas desse ano. Nós enchemos a assembleia, tivemos que abrir as portas totalmente, e isso não foi respeitado, então o povo não foi respeitado, então a gente também faz essa ressalva de que não haja novas quebras de acordos. Então é isso, com essas três ressalvas, a necessidade de destinação de mais recursos, porque como a própria SEDESE está apresentando para a gente, a gente ainda tem muito por fazer, a gente ainda tem muito, muita necessidade. A sociedade civil ainda tem muita necessidade a ser atendida por essa política. E agora os dez minutos. **Nelson, SEDESE:** Então os dez minutos de suspensão da nossa plenária. A gente pode retomar? A sociedade civil não sei se todos já estão presentes. Sociedade civil, podemos retomar à reunião, gente? **Jennifer, PSIND:** Primeiro, Nelson, eu só gostaria que constassem as três ressalvas da comissão para que a gente possa seguir. E eu fiz um questionamento à sociedade civil, na lei que cria o Fundo Estadual de Assistência Social nós temos alguns representantes também no grupo coordenador do FEAS. E essa discussão do grupo coordenador do FEM me surgiu essa dúvida de quem são os representantes da sociedade civil que estão nesse grupo coordenador. Vocês sabem responder para a gente? **Mariana, SEDESE:** A gente já teve essa conversa internamente. O quê que acontece, a lei do FEAS e a lei nossa da assistência, a 12.262 e a 12.227, não é? Elas são de 1996, anterior ao SUAS, anterior à PNAS de 2004. Então na época não existia gestão descentralizada, compartilhada, não existe controle social com o poder de deliberação. Naquela época a lei foi feita dessa forma. A partir das alterações do SUAS com o CEAS deliberando, porque hoje tudo que acontece no FEAS quem delibera é o CEAS. Então não existe grupo coordenador, existe a deliberação do CEAS de tudo que acontecer no FEAS. **Jennifer, PSIND:** Entendi. Eu acho que então a gente poderia propor uma alteração disso. **Mariana, SEDESE:** Isso ficou, assim, perdeu a funcionalidade uma vez que você tem um sistema que é muito maior com muito mais responsabilidade, com NOB, com ritos para, mas não vejo problema não de atualizar sim. **Jennifer, PSIND:** Neste encaminhamento a gente pode propor uma atualização. **Gabriele, SEDESE:** Gabriele, SEDESE. Eu acho que é só, é uma oportunidade, porque aí estou vendo que a comissão de normas vai, já estava no planejamento rever a 12.262, desde o surgimento do suas também, a SEDESE também orienta os municípios, modelo de lei do suas que o fundo, conselho, plano e fundo estejam na lei do suas. Então é uma oportunidade, talvez na revisão da 12.262, pensar em revogar a 12.227, e regulamentar o FEAS lá. Mas aí é para a comissão de normas discutir. **Jennifer, PSIND:** Ótimo. São essas dúvidas, não é? Eu acho que importante também a gente estar bem alinhado sobre isso. Obrigada pelas respostas. **Nelson, SEDESE:** Eu só não, acho que a dúvida foi respondida, não é? E acho que a discussão fica para a comissão de normas no que tange a 12.262 que é o que a gente já inicialmente tratou, inclusive, não é? Eu só não entendi, você

mencionou três ressalvas e aí eu não sei se eu perdi, mas acho que eu não entendi quais são as três ressalvas, não sei se os demais conselheiros compreenderam quais são. **Jennifer, PSIND:** Então, sobre a questão anterior eu acho que poderia constar como encaminhamento para que a gente não perca, que fique registrado como encaminhamento. Então, aqui a gente colocou a ressalva, mas na verdade eu acho que são só duas, a proibição de uma nova quebra de acordo entre, que se faça essa ressalva de que, a gente não pode proibir, não é? Infelizmente, mas que a gente espera que não haja nova quebra de acordo quando for feito com o governo e a sociedade civil aí esses acordos. E que a gente, que o mínimo que a comissão entende que seria o apresentado para 2025 seria os 332 milhões. **Nelson, SEDESE:** Só porque eu acho que a gente, é porque é uma questão, assim, que acho que eu preciso colocar enquanto conselho também. Não existe uma quebra de acordo do que a gente está apresentando para o CEAS, eu acho que, e aí quando você traz o acordo, é um acordo feito com quem e entre quem, não é? Porque não é um acordo que foi feito no âmbito do CEAS e nem com a presença de representantes desse conselho, e nem sobre a LOA. Então eu não consigo entender aonde essa ressalva entra no que diz respeito à LOA 2025. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Letícia, CMAS, Coronel Fabriciano. Deixa eu contribuir também enquanto comissão de orçamento. Porque assim, primeiro reconhecer a conquista do CEAS, que foi ele que chamou a deputada, que reuniu de informações, de documentos, de dados, das nossas angústias. E também saudar a Bella que foi quem começou esse processo todo para que a gente tivesse possibilidades de aumento. E a SEDESE também que operacionaliza tudo no tempo para que a gente possa conseguir que o recurso chegue onde ele tem que chegar. Mas a gente ponderou na comissão de orçamento que apesar do recurso ter pulado de 107 milhões para 169 milhões nesse ano, a gente precisa reconhecer, ele não foi, ele não alcançou nem mesmo os 225 milhões que é o que está lá na LOA, o que foi, passou na emenda e que está lá na LOA. E o estado ele nos, a Roberta disse aqui, a gente perguntou se era 15% do que estava na lei, e ela acha que é, inclusive, um pouco mais. Mas a gente ainda entende, pelo menos os 225 e aí a gente colocou 332 milhões porque isso já foi usado pelo conselho como argumento. Mas eu acho que a gente poderia construir uma ressalva que ficasse claro, e aí a gente discutiu isso muito na comissão de orçamento pelo fato da gente não ter o custo dos serviços, a média de custo, quanto custa um CRAS, quanto custa um CREAS, um serviço de convivência em Minas Gerais, e no Brasil a gente também não tem esse dado. Isso dificulta um pouco até da gente dizer exatamente quanto que a gente precisa. Porque o que a gente sabe é que a gente não consegue, que a gente não conseguiu cumprir nossos pactos de aprimoramento dos últimos anos, a gente não consegue cobrir todo o público prioritário do Bolsa Família, a gente não consegue, os CRAS estão sobrecarregados na sua capacidade instalada de atender até cinco mil pessoas naquele território. Sobrecarregada, às vezes, em cinco vezes, em quatro vezes em municípios que é até mais. Então o que a gente tem para falar que o SUAS é subfinanciado é isso. E

aí a gente queria deixar uma ressalva para que a gente mostrasse que apesar do avanço, nós não atingimos o valor mínimo ainda para que o SUAS tivesse qualidade, um cofinanciamento estadual para que o SUAS ainda tivesse qualidade. E aí para a gente construir isso melhor, talvez cumprimento do acordo não seja bom estrategicamente, a gente constar isso, cumprimento de um acordo. Até porque a gente tinha um acordo que foi feito lá em assembleia, mas foi feito a portas fechadas e depois nós tivemos uma outra reunião em que o estado diz que não, há um acordo, mas o acordo não é isso tudo. É, com portas fechadas, mas a gente participando, não é, Jennifer? E foi desmentido. Então eu acho que o que a gente pode fazer é colocar que o recurso é insuficiente devido ao SUAS ainda não ter atingido a sua cobertura universal que precisa atingir, e a gente constasse o mínimo que está escrito lá na LOA que é os 225, ao meu ver. A gente pode usar 332 milhões? Pode, eu acho que não é errado a gente também usar porque foi o entendimento que o conselho teve, não é? Mas enfim, eu acho que a gente não precisa escrever descumprimento do acordo, mas que a gente pode colocar um valor mínimo que também a gente sabe que é um valor que não é suficiente, não é? **Isaac, CQVRDM:** Acho que eu vou um pouco na linha de Jennifer e Letícia. Entendo que é muito importante esse conselho estadual reconhecer o empenho da equipe da SEDESE, a grande capacidade de conseguir a ampliação do valor inicial, conseguir garantir um pouco mais, isso é muito bom. Por outro lado, e considerando também a grande luta que esse conselho teve com representantes governamentais, com representantes da sociedade civil e com parceria de outros atores que não fazem parte desse conselho estadual, mas que são importantíssimos na luta pelo SUAS. Todo o movimento que teve de conseguir mais recursos, aquela esperança que não deu quando a gente discutia trezentos e poucos milhões, quando a gente chegou num valor de um pouco mais de duzentos milhões para o orçamento. Eu acho que é necessário também a gente reconhecer, recordar isso. E o que Letícia e Jennifer estão trazendo é que apesar da gente reconhecer o avanço que a equipe da SEDESE traz, e da Subsecretaria de Assistência Social, principalmente, a gente também não pode fechar os olhos para a falta de vontade do governo, do governo de pessoas que não estão aqui nesse conselho e que têm o controle do recurso. Que o que foi falado muito aqui ontem é que aqui nós todos estamos empenhados, a equipe da SEDESE está muito empenhada, tem muita vontade, mas não tem o controle. A gente não está dizendo que a SEDESE que não quer, vocês falaram aqui que vocês querem, que gostariam, a gente está falando o tempo todo que a gente está lutando muito para isso, mas tem uma parte do governo que não quer. Então a gente precisa também lembrar que a nossa luta é maior, é por mais recursos, considerar, se vai considerar trezentos e poucos ou duzentos e poucos milhões, acho que precisamos chegar num acordo de qual o valor que vai constar. Mas precisa ter a mensagem que essa luta é muito maior do que a gente conseguiu de concreto que é positivo, mas é insuficiente, é um pouco nesse sentido. **João Paulo, SEDESE:** Assim, é mais na tentativa de um esclarecimento, assim, para

tentar ajudar como colocar isso. Eu acho que é importante deixar esses registros, igual a Letícia colocou. A questão é que a questão de valor, aqui a gente está trabalhando com estimativa, eu vou reforçar isso, eu já falei isso várias vezes em várias discussões. Quando a gente está falando de LOA a gente está falando de uma estimativa, então falar de 225, 330, 290, 270, 150, isso são tudo estimativas. Pode ser que o orçamento executado o ano que vem seja de 300, ou seja de 120 se tiver uma frustração de receita. Então quando a gente está falando aqui a gente está vinculando 169 milhões à LOA, isso foi o valor passado diante de uma estimativa. Então assim, quando a gente falou: “Não, vai vir para a política de assistência social 330, mas não, esse valor ele é fictício a partir de uma estimativa. Ah, se repetir o que aconteceu, porque a administração pública ela usa o exercício anterior como base. Por exemplo, então se repetir o que aconteceu em 2024, em 2025 a gente vai ter mais ou menos isso. Então assim, o orçamento, quando a gente fala de orçamento a gente está falando de estimativa, de um valor, não vou falar ilusório, mas abstrato. Ele vai ser concretizado ao longo do exercício a partir da arrecadação e por aí vai. Então assim, eu não sei se, garantir pelo menos 225 milhões, pode ser que 225 milhões seja 15%, e para garantir os vinte que é o que a gente quer, enfim, que a gente está lutando aqui, 20% seja mais de 225, ou seja menos. Talvez 169 milhões, se a gente olhar o total, talvez 169 milhões vai ser 30% do que foi arrecadado. Então assim, eu não sei se colocar o valor absoluto resolve, sabe? Porque aqui a gente está falando de orçamento, é uma estimativa, entendeu? É mais esclarecimento. Agora, concordo de a gente deixar registrado, luta constante por mais recurso, a gente registrar em ata, colocar de alguma forma. Obrigado. **Roberta, SEDESE**: Eu acho muito importante essa ponderação que a Letícia fez de falar dos valores suficientes para o financiamento da política como um todo, sabe? Das demandas de, porque a gente sabe que tem um, a estrutura do SUAS ainda está muito subcofinanciada, especialmente quando a gente vai pensando na proteção social especial de média e especialmente alta complexidade. Então assim, a gente tem essas, a gente consegue identificar, eu acho que relevante a gente colocar isso. Agora eu só queria chamar a atenção, gente, para um ponto aqui, tá? Este valor de 225 milhões e estes acordos, assim, legalmente eles estão vinculados ao orçamento de 2024, eles estão, fazem parte da LOA 2024. É só chamar a atenção porque a lei dispõe sobre a LOA, Lei Orçamentária Anual deste ano corrente. Aqui nós estamos falando sobre a LOA do ano que vem, então assim, é só para ter uma atenção na hora de construir as informações. **Jennifer, PSIND**: Obrigada, pessoal, pelos comentários. Mas eu continuo assim, eu acho que a manifestação da comissão é válida no sentido de que a gente tem uma discussão sobre isso, o CEAS, inclusive, manifestou por meio de ofício para a assembleia, para a SEPLAG, para a SEGOV sobre esse valor de 332 milhões sobre o esperado. Então eu não acho que a gente incorre, assim, independente de qual leitura que se faça do que está aí em lei de que a gente possa manifestar isso não. Mas enfim, a gente segue a discussão. Em relação, agora eu preciso pontuar em relação ao

acordo que foi falado sobre portas fechadas, eu acho que não é possível eu não pontuar sobre isso. Quando a gente, eu estava na assembleia, o Isaac também, companheiro Isaac também estava na assembleia quando foi manifestado que tinha sido acordo. Foi a portas fechadas? Foi, mas a deputada Bella foi até a tribuna e falou exatamente o que tinha sido acordado. Não houve nenhum comentário a respeito de consertar isso. Após esse momento nós tivemos audiências públicas, nós tivemos manifestações, nós pedimos, publicamente, muitas vezes que houvesse manifestação do governo a respeito desses valores, a respeito desse acordo. Inclusive, tivemos audiência pública onde a Mariana estava lá, onde tinha outros representantes do governo de outras secretarias que poderiam nos dar essas respostas e desmentir e falar: “Não, não foi esse o acordo.”, publicamente, então não houve isso. Quando nós tivemos a reunião a portas, não é? Como eu citei aqui, a portas fechadas, nós estávamos lá, tudo bem, eram outros atores que estavam naquele momento, e o governo falou com a gente, desmentiu o que tinha sido falado na assembleia. Mas, repito, foi também a portas fechadas, apesar de que nós estávamos lá, também foi a portas fechadas, não foi uma manifestação pública como foi na assembleia publicamente colocado o que tinha sido acordado. Eu acho que precisa dessa ressalva por quê? Porque eu estava lá, eu ouvi o quê que o governo falou, mas isso não foi público, tá? Não foi público. E independente do que seja a verdade ou não, de qualquer forma também houve uma omissão aí a respeito de uma, de fazer uma publicação, se esse acordo realmente não foi daquela forma, então eu acho que precisaria ser público da mesma forma como inicialmente. Mas é uma ressalva porque não é esse o foco da discussão, mas eu acho que precisa ser, já que falou que foi a portas fechadas, a gente precisa ter essa clareza também. **Nelson, SEDESE:** Acho que ontem a gente discutiu isso aqui em comissão conjunta. Ontem eu falei não a respeito desse assunto, mas eu conversei um pouquinho com a Laís na nossa comissão de monitoramento. Eu acho que todas essas propostas, e aí quando vocês trazem uma proposta de inclusão de ressalva, a gente precisa se basear em instrumentos legais, a gente precisa se basear em justificativas legais para a gente incluir ali. E aí eu penso que hoje o que o CEAS tem de instrumento é o que diz a lei do FEM, não é? E ali, e aí eu acho que a gente falou disso lá enquanto governo, isso foi dito para o CEAS, da importância, de fato, do CEAS lutar por esse recurso. Mas aí eu acho que o que a gente pode constar são as previsões que estão previstas ali, da ampliação desse orçamento no que diz respeito ao FEM. Então se a gente vai falar de 15%, de 20%, que é o que está previsto ali, não é? Eu não concordo em mencionar um valor porque a gente é isso, assim, porque é o que eu disse antes, eu não participei de nenhum acordo que disse de valores, seja ele 225, 300 ou 100, eu não estava ali presente em nenhum desses acordos, então eu não posso dizer disso, não é? E aí eu entendo também que sociedade civil não participou desses acordos, então, ou se participou aí é, aí vocês vão contextualizar e trazer esses pontos. Mas eu entendo que CEAS tem como instrumento a legislação do FEM. Então se a gente quer fazer uma ressalva a gente

tem que fazer com base no que a gente tem enquanto legislação do FEM, não é? Da importância, talvez, de buscar mais recursos, aí isso eu também entendo. E é o que o João Paulo falou, a Roberta falou, isso aqui é uma previsão, isso não implica da nossa luta de buscar outros recursos. A exemplo do que aconteceu esse ano, a gente tinha, a gente teve suplementações, a gente mencionou isso ontem também de outras fontes no FEAS, então a gente pode buscar por isso, não é? Então acho que, assim, essa é a minha opinião com relação à ressalva proposta aqui pela Jennifer. **Isaac, CQVRD:** Vou falar um pouquinho sobre essa questão do acordo também eu até compreendo se não quiserem deixar o descumprimento do acordo, mas eu acho que isso é importante constar que a gente lutou por um valor maior, que a vontade desse, acho que é a vontade do conselho é que tivéssemos um valor maior. Porque quando o João Paulo fala que o orçamento é uma expectativa, é uma ficção, eu acho que quando a gente publica um orçamento a gente está falando também de um compromisso e de uma intenção. Qual que é a intenção e qual que é o compromisso que a gente está fazendo com o SUAS, posto às possibilidades que têm, acho que é um pouco disso. E aí quando o nosso presidente fala sobre o conselho, sobre o conselho não, sobre o acordo, acho que o CEAS participou, a gente pode não ter participado lá dizendo o quê que, para o representante do governo diretamente o quanto a gente queria, mas a gente, em todos os espaços onde o CEAS esteve discutindo o assunto a gente falou qual que era a posição do CEAS. Então eu entendo que a gente contribuiu sim para a construção do acordo, contribuiu para que esses valores fossem aumentando as suas expectativas, só trazer um pouco disso. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Gente, eu acho que, eu fiz uma proposta agora aqui, não sei se vai agradar a todos, mas aí a gente melhora ela, inclui outras coisas. Não acho que isso aqui também muda realidade política, enfim. Só que a gente tem uma questão que o João Paulo falou, especificamente, e eu fiquei pensando. Se a gente pôr 225 ou 332 milhões nós vamos estar, eu acredito também na legitimidade do acordo, eu acredito que ele existiu, mas eu acredito que a gente não pode ficar tentando vencer uma questão que é muito de política, muito política também. E aí quando o João Paulo falou que trabalha com estimativa, o quê que é estimativa? Lá em janeiro quando a gente estava, em fevereiro quando a gente estava mais na briga do FEM, não sei se vocês lembram, primeiro a gente falava de 1 bilhão, não é? E aí depois a própria, o próprio gabinete da deputada, eu lembro que refeito o cálculo, porque já tinham se passado alguns meses e a estimativa já era de novecentos e tanto. Então a gente só sabe quanto que o estado arrecadou, de fato, quando ele fecha o exercício financeiro, até então a gente trabalha só com estimativa. Então talvez seria mais estratégico a gente trabalhar com o percentual. E aí eu fiz uma proposta colocando o percentual mínimo de 20%, que é o que estava na lei, na emenda da lei, e mesmo assim está na emenda da lei 15% podendo ser 20 a 25, o podendo ser é um problema para a gente, a gente sabe que o podendo ser depende de vontade. Aí eu escrevi o seguinte: “Aprova a proposta da LOA, mas aponta.”, isso não é da comissão de orçamento, viu, gente? Isso é meu,

porque na comissão a gente nem fechou a proposta não, “Aprova a proposta da LOA, mas aponta para o superfinanciamento do SUAS em Minas Gerais em decorrência da sua sobrecarga de serviços e trabalhadores, pouca capacidade de ampliação e universalização e aumento da pobreza e extrema pobreza no estado. Assim entende que seria necessário, no percentual mínimo de mínimo de 20% do Fundo de Erradicação da Miséria para 2025, e ainda a necessidade de outras fontes de recurso vinculadas à política de assistência para além do FEM.” **Jennifer, PSIND:** Eu acho que a gente poderia então considerar, se a gente não consegue fechar nos 332 milhões, pelo menos os vinte e cinco que a gente fala na lei autorizativa posterior. Que foi aquele quadro atualizado onde a gente conseguiu registrar 25% que seriam os 225 milhões no caso do exercício de 2024 com aquela projeção. Porque o 20% ele é anterior aos vinte e cinco. **Matheus, MLGBTQI+ de Cláudio-MG:** Só registrar também, e fazer uma conexão com o que Isaac e Jennifer trouxeram, e também tentar contribuir, mais para os conselheiros, a sociedade civil, mas para todos em geral. Sobre essa questão do acordo e de um entendimento de ele existiu, não existiu? Com quem? A portas fechadas? Também fazer o registro da demanda da gente ter uma resposta por parte do governo sobre essa questão, sobre se de fato esse acordo existiu, sobre com quem foi tratado. A gente teve uma demora, a gente tem que fazer um resgate em memória disso porque foram enviados ofícios, foram enviadas solicitações que não poderiam, a já não governabilidade da SEDESE nessa questão deviam ser respondidos por outros atores, por outras secretarias. Que seriam a secretaria de governo e a SEPLAG para nos responder até sobre as nossas dúvidas em matéria dos valores, sobre essa questão do acordo. Até para nos fundamentar, e isso foi um elemento que surgiu na nossa reunião com as representações da SEDESE, da SEPLAG, nós enquanto conselheiros, eu, Jennifer, conselheira Letícia, também estivemos presentes. Porque houve uma distância, o próprio governo, a secretaria de governo assumiu que houve uma distância de nós para poder nos trazer uma resposta num dado momento em que a gente conseguiria pensar uma estratégia talvez diferente. Então a gente precisa reconhecer isso, reconhecer que essa demora dessa resposta prejudicou às vezes, hoje, esse entendimento, essa dificuldade, essa confusão de valores, essa questão, assim, e essa guerra de narrativas, se o acordo aconteceu ou não. Mas dizer que houve sim uma demora para responder por parte do governo, haja vista que, repito novamente, a SEDESE não poderia nos responder, a SEDESE é muito comprometida com essa discussão e com nos trazer respostas de avanços. Mas em todo processo que a gente vivenciou do FEM a gente viu, tinham questões que a gente trazia que não poderiam ter sido respondidas. E aí a gente fez um requerimento para que quem pudesse nos responder nos respondesse. E aí nós tivemos uma resposta, mas num dado momento onde ela não produziu, de certa forma, algo que pudesse reverter, que pudesse ressignificar as nossas estratégias. Então eu só queria fazer essa pontuação de algo que o Isaac e a Jennifer trouxeram, Ludmilla também, para a gente pensar se realmente as reuniões que ficaram acordadas entre a SEGOV, entre

a SEPLAG junto à SEDESE e as nossas representações, que seriam bimestrais, a gente até precisaria nesse momento dessa discussão da LOA de que ela acontecesse para a gente trazer esses elementos que a gente está discutindo aqui, para a gente reforçar a nossa posição da importância de cumprir um acordo, e para que a gente também tenha essa aproximação por parte do governo, por parte das pessoas que são tomadoras dessas decisões, para que a gente não perca, para que a gente realmente de fato se some cada vez mais pessoas nessa luta, nessa discussão e nessa batalha que é garantir mais orçamento. Que é algo que a gente se manifestou nessa reunião e é o entendimento que o governo também quer. Mas a gente precisa realmente desse exercício de aproximar cada vez mais, de chegar nesse espaço de reunião que é bimestral, ficou acordada as representações e dizer: olha, a gente quer mais, a gente quer entender como a gente vai conseguir isso dentro dos limites legais, mas dentro desse processo de aproximação do que nos é necessário, haja vista toda as nossas demandas. **Roberta, SEDESE:** Só em relação a um ponto que a Jennifer colocou aqui, que é os 25%, os 225 milhões que são baseados em 25%. Só uma lembrança aqui, gente, olha, quando a gente está falando, na lei, a lei 24.725 de 2024 que diz sobre os 225 milhões, ela refere-se a leis orçamentárias anual, referente ao exercício de 2024, tá? Quando nós estamos falando da lei 6.763 de 1975, nós estamos falando de uma previsão específica de 20% para 2025, podendo chegar ao mínimo de 20% de 2025. Só para lembrar essa temporalidade aí para vocês. **Nelson, SEDESE:** A gente tem uma proposta, então, de inclusão de ressalva na resolução? Todo mundo concorda de a gente ir para a resolução e colocar essa, a proposta de ressalva? Então vou pedir para a Secretaria Executiva colocar a resolução e aí a gente, tem uma proposta de ressalva para inclusão aqui? A Letícia encaminhou aqui a proposta para a gente incluir como ressalva, eu vou fazer a leitura e aí a gente vai, acho que aprimorando com base no que está ali. Então aprovar a proposta da LOA, mas aponta para o sub financiamento do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais em decorrência de sua sobrecarga dos serviços e trabalhadores. Pouca capacidade de ampliação e universalização e o aumento da pobreza e extrema pobreza no estado. Assim entende-se que seria necessário no percentual mínimo de 25% do Fundo da Erradicação da Miséria, conforme artigo 12 da lei 6.793 de 75. E a necessidade de outras fontes de recurso vinculadas à política de assistência social para além do FEM. Aí eu só vou fazer uma ressalva que é com relação ao percentual de 25% que é o que a Roberta mencionou, a lei ela menciona para 2020 podendo chegar a 20%, os 25% eles estão previstos na legislação para, podendo chegar a 25% em 2026. **Patrícia, FEAPAES:** Não é melhor colocar 25% do valor arrecadado? Vai colocar por escrito valor arrecadado. **Nelson, SEDESE:** Só vou pedir ajuda aqui, gente, para poder alterar a resolução, só um minuto. Podemos voltar aqui para a resolução? Porque aí acho que a gente vai adequando aqui. Então ela ficaria assim, artigo primeiro, depois eu faço a leitura completa, tá, gente? Aprovar com ressalvas os parâmetros da proposta de Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, do Fundo de Assistência Social

Apresentado pela Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS, no valor de 169 milhões 354 mil 837,33, de acordo com o quadro anexo. Artigo segundo, fica ressalvado que diante do subfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social, na proposta está em Minas Gerais, eu sugiro que seja sub financiamento do Sistema Único de Assistência Social, porque eu não acho que é em Minas Gerais, eu acho que é a nível nacional, não é? Vocês concordam da gente retirar em Minas Gerais? **Isaac, CQVRD**: Eu acho que devemos manter “Minas Gerais” porque a gente está tratando aqui da LOA estadual. **Nelson, SEDESE**: É porque quando a gente fala do subfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social ele não acontece só em Minas Gerais, ele acontece a nível nacional. Então eu entendo que a gente pode falar do sub financiamento a nível nacional. Eu vou pedir para os conselheiros se manifestarem no microfone porque estou só eu me manifestando aqui no microfone e todo mundo conversando em paralelo. E a gente tem uma ata que está registrando as informações, então vou pedir para todo mundo se manifestar no microfone. **Jennifer, PSIND**: As conversas paralelas aqui chegaram a um acordo de que é Minas Gerais, a gente entende que como estamos falando de Minas que fique registrado Minas Gerais. **Nelson, SEDESE**: Artigo segundo, fica ressalvado que diante do sub financiamento do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais, e em decorrência? Aí só um ajuste de. **Ester, SEDESE**: Eu acho que poderia ser da sub oferta do serviços e sobrecarga nos trabalhadores, eu não vejo sentido em sobrecarga dos serviços e trabalhadores, sub oferta de serviços e sobrecarga nos trabalhadores. Que a oferta não é suficiente ainda para atender à demanda, o quê que é sobrecarga de serviços? **Nelson, SEDESE**: Fica ressalvado que diante do sub financiamento do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais, considerando a sub oferta de serviços e sobrecarga dos trabalhadores, a pouca capacidade de ampliação e universalização e o aumento da pobreza e extrema pobreza no estado, entende-se que seria necessário o percentual mínimo de 25% no valor, só um minuto, gente. Gente, como a gente está aqui tentando construir o texto com a ressalva, vou fazer uma sugestão da gente pausar agora para o almoço ou a gente faz a construção do texto? Só para ter mais dinamicidade. E aí a gente retoma depois do almoço já com o texto construído, pode ser? Então todos aprovam? **Sandra, SINTBREF**: Então, gente, só colocar aqui, gente, que todo esse esforço que está aqui, que as conversas paralelas, concordo que a gente tem que chegar aqui no microfone e falar, não ficar em paralelo. A questão do Minas Gerais da colega ali, assim, sabe, o que a gente quer deixar expresso nas ressalvas é o protagonismo e a luta da sociedade civil que a gente fez até chegar aqui. E eu tenho certeza que muitos que aqui estão também do governo estavam juntos e pensando. Então quando a gente fala de Minas Gerais, a colega, sinto muito, eu vou ter que expor isso aqui, “Ah, mas vocês aprovaram no CNAS.” Primeiro, eu não estou mais no CNAS enquanto conselheira, e segundo o Minas Gerais, se tem abrangência, uma questão técnica de territorialidade, de governança. Então assim, é, mas vocês

estão falando, mas vocês aprovaram lá a redução. Aprovou porque tem ordem lá, vai conversar no CNAS, o CNAS não está mandando e quantas vezes a gente aprovou e pôs ressalva também. Porque a gente tem que expressar a nossa insatisfação e a nossa luta. Então quando começa a falar: “Ah não, mas lá no CNAS vocês aprovaram.” Então assim, sinto muito eu estar expondo aqui, que foi um paralelo que teve ali entre eu e uma colega da SEDESE que não tem nada a ver, que inclusive isso não vai, se não vai alterar porque que não é de Minas Gerais? A governança, a nossa responsabilidade, o âmbito aqui que a gente atinge não é o estado? Não é Minas Gerais? Então depois, então assim, a gente começa a ter animosidade, começar com rivalidade que não procede. Nós estamos aqui todos juntos nesses 31 anos de LOAS e 19 anos de SUAS, infelizmente com o pires na mão aí pedindo e nos desgastando. Eu mesmo fui umas quatro vezes na assembleia lá junto com a sociedade civil. Até desmarcando compromissos, a gente também fazendo aquele esforço, então não é isso. Ah, porque o CNAS também aprovou, como se tivesse uma disputa. A disputa aqui é para a população de rua que está aí aumentando, é a demanda que está aumentando, é os CREAS que não foram implementados. Então eu queria fazer esse desabafo e pedir desculpa que a gente ficou no paralelo ali, mas é porque a gente quer que fique, assim, a gente tem dificuldade de colocar no papel toda a nossa insatisfação, a nossa angústia, mas também a luta e o protagonismo que a sociedade civil fez para a gente chegar até agora. Obrigada. **Nelson, SEDESE:** Eu vou só registrar, Sandra, porque assim, a questão, e aí isso ficou, eu registrei isso ontem na comissão. A questão é só reconhecer que existiu uma ampliação do orçamento em Minas Gerais. Então eu acho que é isso, assim, a gente precisa reconhecer que quanto a nível nacional existia uma redução do orçamento, em nível de estado a gente está tendo uma ampliação de orçamento, é só esse reconhecimento, eu acho que isso o conselho precisa concordar que Minas Gerais teve um aumento na previsão de recursos para a LOA 2025 diferente de nível nacional que a gente teve uma redução. E aí eu acho que enquanto CEAS a gente tem que, sim, também falar enquanto CNAS. Porque o CEAS faz parte dessa composição enquanto SUAS, se a gente está falando a nível nacional, estadual e municipal a gente precisa sim se manifestar também com relação ao CNAS. **Jennifer, PSIND:** Então, Nelson, se todo mundo concordar a gente para, para o almoço, mas eu acho que a gente já está caminhando para um término. Se a gente fechasse essa questão para voltar com a próxima pauta seria interessante. E aí só ressaltando que na fala da companheira Sandra, não sei como foi a conversa, mas eu acho que é importante porque a sociedade civil poderia, e a gente muitas vezes fica com essa vontade de votar não, não é? De falar simplesmente não vamos, como na plenária que nós tivemos, extraordinária, onde a gente queria ampliar o piso estadual, é muito, muito para além do que nós ampliamos, a gente queria falar não para fazer uma resistência, para falar: não é isso que nós queremos, nós queremos mais. Mas a gente pesa os dois lados, então, e nós chegamos a algumas conclusões, então eu acho que quando nós somos acusados de votar acho que a

gente também precisa ter essa consideração, sabe, de realmente. Porque não estou falando porque não é só uma conversa, mas a gente escuta isso e sempre é falado, a resistência também ela passa por isso, a gente está sempre na movimentação, sempre buscando por mais. Mas chega um momento em que a gente decide recuar um pouquinho pelo bem da maioria, pelo bem do que, mas em muitas vezes também a gente vai votar “não”, não é? E vamos ser acusados da mesma forma.

**Marcela, SEDESE:** Foi comigo a conversa, eu acho que nem era sobre essa conversa paralela que estava acontecendo, e também não acho que tem que render muito o assunto, mas era exatamente sobre isso que eu estava falando, Jennifer, que era, que a gente queria também contar com a mesma, tipo do mesmo jeito que a gente entende que às vezes tem que recuar um pouco para poder avançar, a minha conversa foi só essa, foi do tipo, o desfinanciamento do SUAS não é de Minas Gerais, é geral, é a mesma, o Nelson falou isso no microfone, não é? Então existe uma redução de recursos que está acontecendo. E do jeito que a redação estava ficando, eu não sei se ela está ficando ainda, mas estava falando assim que o sub financiamento do SUAS em Minas Gerais, considerando a redução de ofertas, sobrecarga dos trabalhadores como se a oferta, a redução da oferta de serviços, a sobrecarga dos trabalhadores fosse exclusivamente por causa de recursos que Minas Gerais não está repassando para o SUAS. E aí a exclusão do Minas Gerais era só para deixar que não é uma exclusividade do governo estadual. E eu falei: “Olha, o pedido de exclusão.”, enfim, e não sou nem conselheira, gente, era só uma conversa paralela mesmo de corredor que eu não acho que nem deveria ter sido exposta no microfone mesmo não. Mas a questão era só essa mesmo, era tipo, do mesmo jeito que vocês entendem que o Governo Federal às vezes precisa aprovar coisas que não são os trabalhadores do SUAS que estão propondo, vocês poderiam também às vezes pensar que não é necessariamente o que está acontecendo aqui. Que esse sub financiamento do SUAS ele não é exclusivo daqui, mas enfim, é isso, não era também para render. Só também pedir desculpa ao conselho porque eu acho que não faz sentido ficar nessa discussão paralela no microfone. **Nelson, SEDESE:** A gente pode construir a proposta, a gente vai para o almoço enquanto a gente constrói a proposta e aí a gente retoma e vota na sequência? **João Paulo, SEDESE:** A minha sugestão aqui para os conselheiros é ver se mais alguém, ver se alguém tem mais alguma contribuição para o texto, para o conteúdo, e aí a gente pode pacificar aqui que esse é o conteúdo, só que a gente vai trabalhar na redação, porque o que a gente está falando aqui é isso, o que o Nelson acho que está falando é isso, a redação ela está com redundância ortográfica, não está legal. Então a gente vai trabalhar só na redação, a gente não vai mudar conteúdo. Que aí a gente também não precisa ficar, porque igual a Letícia falou, de fato se a gente voltar para essa conversa depois vai vir mais argumento. Agora, se alguém tiver alguma coisa nova para contribuir, beleza. Eu acho que não justifica é a gente ficar aqui parado por causa de redação. **Jennifer, PSIND:** Gente, eu acho que, assim, a redação poderia estar melhor, poderia estar com correção ortográfica? Tudo bem, poderia,

mas assim, está falando na forma que conselheiros do CEAS conseguiam expressar o que quer expressar, sabe? Eu acho que contém, então não acho que tenha que mudar e ficar um texto ortograficamente 100% correto se a gente entendeu que é isso. **Nelson, SEDESE:** Então vou fazer a leitura aqui. Então ficou: artigo primeiro, aprovar com ressalvas os parâmetros da proposta de Lei Orçamentária LOA 2025, do Fundo Social de Assistência Social apresentado pela Subsecretaria de Assistência Social no valor de 169 milhões 354 mil 837,33, de acordo com o quadro anexo. Artigo segundo, fica ressalvado que diante do sub financiamento do Sistema Único de Assistência Social em Minas Gerais, considerando a sub oferta de serviços e sobrecarga dos trabalhadores, a pouca capacidade de ampliação e universalização e o aumento da pobreza extrema, pobreza do estado, entende-se que seria necessário o percentual mínimo de 25% dos recursos advindos do adicional a que se refere o artigo 12A da lei 6.763 de 1975, e a necessidade de outras fontes de recurso vinculadas à política de assistência social para além do FEM. Artigo terceiro, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 23 de agosto de 2024. Aí, gente, tem um anexo aqui, a gente só precisa corrigir a tabelinha de incluir o título aqui em cima da ação e dos valores. Fonte 56 e fonte 71, mas é o quadro que foi apresentado. Vocês querem que faça a leitura do quadro ou está todo mundo de acordo com o quadro que foi apresentado? Então a gente pode ir para a votação? Votação nominal. **Poliana, SE:** Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais, PSIND, Jennifer Daniele Souza Santos. **Jennifer:** Pela reprovação. **Poliana, SE:** Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. **Marcelo:** Pela reprovação. **Poliana, SE:** APAE de Belo Horizonte, Maíra de Queiroz Camilo? **Mayra:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice:** Pela reprovação. **Poliana, SE:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. **Andrezza:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva. **Laís:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** CMAS de Campanha, Fernanda Regina da Silva. **Fernanda:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isaac dos Santos Lopes. **Isaac:** Voto pela reprovação. **Poliana, SE:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS Uberaba, Wellington Donizete Marques de Lima Leon. **Wellington:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** SEDESE, Nelson Fernando Maure Carvalho. **Nelson:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** SEDESE, João Paulo Freire Jardim. **João Paulo:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Secretaria de Estado de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. **Cleusa:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Secretaria Estado de Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. **Nelma:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Secretaria Estado de Saúde, Letícia Duflor Bianchini. **Letícia:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** COGEMAS, Roni Aparecido de Almeida. **Roni:** Pela aprovação. **Poliana,**

**SE:** CMAS de Ipatinga, Flávio Cristian de Assis Miranda. **Flávio:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** CMAS de Coronel Fabriciano, Leticia Fernandes Godinho. **Leticia:** Pela aprovação. **Poliana, SE:** Quinze aprovações e quatro reprovações. **Nelson:** Então resolução aprovada. Acho que a gente vai para o almoço, não é? **Jennifer, PSIND:** Então, a gente gostaria de manifestar que a sociedade civil continua muito unidade no quê que a gente entender ser o necessário e a manifestação do nosso descontentamento também fica registrada com, não sendo unânime a nossa aprovação desse texto por entendermos que não é o suficiente, não chega nem ao mínimo do suficiente para que seja essa política tão importante seja realmente efetivada no nosso estado. **Nelson, SEDESE:** Então, gente, para o almoço, reunião paralisada. Retornamos à uma e dez. Então vamos retomar a nossa reunião. O nosso próximo ponto de pauta é o grupo coordenador do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM. A mesa diretora na sua penúltima reunião que foi no dia catorze de agosto, trouxe como um ponto de pauta a publicação do grupo. E aí, na verdade, naquele momento a publicação já havia acontecido. A Secretaria Executiva encaminhou a publicação no grupo do conselho, então a gente tem lá já todos os nomes componentes do grupo coordenador. E aí a gente tem uma indicação agora por parte da discussão lá na mesa diretora do início das reuniões. Então acho que é isso, assim, abrir a palavra para a sociedade civil à respeito do grupo coordenador do FEM. **Marcelo, OAB:** A comissão, como foi dito pelo presidente, já forma definidos os nomes das pessoas que irão compor. Inclusive a representante nossa, titular, é a Jennifer. Mas me recordo, presidente, da gente, inclusive na última mesa diretora nós discutimos a respeito da suplência, porque nós também, na última plenária que a gente definiu o nome de Jennifer, a gente também definiu o nome de Matheus como suplente. E ao ler o documento nós constatamos que não constava o nome do suplente, e aí nós ficamos em dúvida se a legislação que trata do grupo coordenador do FEM, se ela, se nela tem também a situação do suplente. Se não tiver, se tiver está tudo certo, o Matheus está lá, mas se não tiver nós temos que pensar em algo que dê segurança ao CEAS em caso de dificuldade de participação da Jennifer. Porque se Jennifer não puder ir, como que haverá a substituição dela a tempo para poder participar e ter discussão, e ter condições de discutir garantindo a posição do CEAS? Então o que a gente conversou na mesa diretora, e aí o presidente pode reforçar também, é da gente poder enviar uma comunicação, um ofício a esse grupo coordenador do FEM para ter uma posição sobre essa situação. Além disso, a gente também conversou no conselho diretor, viu, Jennifer? E aí diretamente para você, já na primeira reunião que você for, se a gente não tiver essa resposta do grupo coordenador do FEM, de quem for o responsável, para você já se posicionar a respeito disso, como que se dará no caso de alguns dos membros, algum dos membros não puder participar, como que ele iria, aquela representação iria estar garantida. **Ana Carolina, SE:** No ofício que a SEGOV solicita para o CEAS, a indicação dos membros do FEM, eles informam para indicar dois, isso, eles solicitam que a secretaria, no caso a SEDESE, é, que viabilize junto ao Conselho

Estadual de Assistência Social a indicação de um representante titular e um suplente para integrar o referido grupo coordenador. **Jennifer, PSIND:** Então, ainda assim, se na publicação não menciona o suplente, eu acho que nós temos, menciona na publicação? Não, não é? No Diário Oficial. Porque aí a gente pode ter um problema sim de esse suplente ser, assim, ter que ser publicado antes de ele ir na reunião representar. Então, e isso pode acontecer com qualquer um de nós, pode ser uma reunião amanhã que não seja possível a participação. Então eu acho que a gente poderia fazer uma solicitação nesse sentido. **Nelson, SEDESE:** Então se todos concordarem, minha proposta é da a gente fazer um encaminhamento de enviar um ofício solicitando a data da primeira reunião e já questionando a nomeação do suplente indicado com base na solicitação feita pelo ofício. Estão todos de acordo? A gente pode votar pelo encaminhamento? Pela aprovação. Reprovação. Abstenções. Então encaminhamento aprovado. O próximo. **Laís, CMAS Ipatinga:** Gente, eu gostaria de pedir desculpa em plenária para o Marcelo porque a gente discordou sobre esse ofício. **Nelson, SEDESE:** Então, gente, só para a gente retornar aqui, o próximo ponto é acerca do encontro do CEAS com o CMAS, com os Conselhos Municipais de Assistência Social da Regional SEDESE de Teófilo Otoni. Então vou passar a palavra para o Flávio, coordenador da comissão. **Flávio, CMAS Ipatinga:** A respeito do encontro que vai ter entre o CEAS com o CMAS, na etapa regional de Teófilo Otoni, nós fizemos aqui uma proposta da comissão de apoio, os temas que serão tratados, abordados já foi passado aqui na plenária, se eu não me engano, de maio ou junho. E agora a gente está trazendo a proposta da comissão de apoio, e uma proposta que foi levantada ontem na mesa diretora. Dentro desse encontro nós vamos abordar os temas da resolução 100, paridade, representatividade, lei da criação dos conselhos, regimento interno, comissão nos conselhos e as pautas orçamentais no CMAS. E aí a proposta das pessoas que estariam lá fazendo esse encontro, essa conversa seria na resolução 100, o Conselheiro Isaac, na paridade de representatividade é o Luiz Carlos, na lei de criação do conselho a gente deixou em aberto para fazer o convite para um representante da comissão de normas. Regimento interno, a nossa técnica Ana Carolina, comissões nos conselhos, seria no caso eu, Flávio, e pautas orçamentárias no CMAS é a Stefany. Todos escutaram? Não, não, essas são as pessoas, e aí vem a segunda proposta que foi levantada ontem pelo Marcelo na mesa diretora, que essas pessoas para estar falando desses temas serem retiradas na plenária. **Marcelo, OAB:** Não foi isso, talvez você pode ter entendido dessa forma, mas não foi essa a fala nesse sentido. **Flávio, CMAS Ipatinga:** Foi o entendimento que eu tive depois do entendimento que a sociedade civil também dos conselheiros e da comissão de apoio estavam sentiu também que foi essa a sugestão, como sugestão. **Marcelo, OAB:** Desculpe, mas essa não foi a nossa fala. Tanto é que quando, no grupo, no nosso grupo lá alguém perguntou se trocariam os nomes, eu mesmo coloquei que não era o caso de trocar nomes, era o caso de que tivesse nesse encontro, inclusive foi falado na mesa diretora também, e também lá na sociedade civil, de que nós,

de que seria importante representantes de comissões estarem presentes para poder contribuir de alguma forma nas falas que poderiam vir, e se houvesse dificuldade daqueles que fossem falar. Mas em hipótese alguma eu penso em trazer para cá para definir quem vai participar quem não vai participar. A comissão de apoio ela tem total liberdade para definir os nomes, não é? Agora, dentro de um processo democrático, não é? De participação, o que a gente disse é isso, talvez fosse interessante nas próximas que tiverem, que aquele conselheiro, de repente um conselheiro pode ter condições também de poder contribuir nesses encontros. Mas aqueles nomes que foram ditos e definidos, da minha parte está completamente correto e não tem o que discutir. **Nelson, SEDESE:** É só porque assim, e aí vou trazer a minha percepção do que, da discussão lá na mesa diretora e do quê que eu também coloquei lá na mesa diretora. É que eu acho que as pautas definidas eu acho que é importante que quem apresente a pauta seja alguém que esteja à frente daquela pauta aqui no conselho também. Então se a gente vai falar sobre regimento interno, aí essa que foi a minha sugestão, que a comissão de normas, entre a comissão de normas ali defina o nome que vai fazer essa fala. Porque eles já estão acompanhando esse processo, inclusive, de reconstrução do nosso regimento interno. Então acho que faz mais sentido que a comissão específica daquela pauta apresente a pauta lá para o Conselho Municipal até por uma proximidade maior e no dia a dia ali com aquela temática. A minha sugestão foi essa, mas aí também não me oponho a nenhum dos nomes indicados. **Wellington, FMLSUAS:** Diante da sociedade civil exposto ali pelo Marcelo, depois a gente conversou também na comissão, e é fato, nós concordamos e entendemos essa diversidade, não só dentro da comissão de apoio, mas também ter outros representantes de outras comissões. E eu peço que o Marcelo, que o Flávio Leia a indicação do nome que foi, que a comissão definiu, se todos estiverem de acordo, ou se alguma outra comissão, algum representante mediante os assuntos que foram colocados, que tem algum certo impedimento, a comissão ela está aí aberta também, certo? **Rosalice, CMSSVP:** Eu queria pedir à Secretaria Executiva que exibisse os temas porque foi difícil para a gente pegar. Eu queria fazer uma pergunta à comissão de apoio, tá, gente? Eu falo de uma posição histórica aqui dentro que a gente tem que considerar as coisas que a gente já passou dentro do conselho estadual para a gente não cometer os mesmos erros. E, assim, eu só queria saber, vocês já têm o conteúdo padrão de todas as pessoas que vão falar? Isso é importante. E esse conteúdo padrão não é só assim: “Ah, é a lei tal, tal, tal, você apresenta.” Não, você já bolar as exibições que cada conselheiro vai levar embaixo do braço e apresentar. Por que isso, gente? Eu queria até a atenção da mesa diretora, um fato que aconteceu há alguns anos atrás no conselho, que o conselheiro, a Secretaria Executiva ela realizava todas as apresentações, o texto base a Secretaria Executiva junto com a mesa diretora, enfim, a gente fazia um texto base, o Power Point que ia ser exibido lá com tudo que foi aprovado em plenária. Para quê? Para que o conselho estadual tivesse o respaldo e a segurança do conteúdo que o conselheiro estaria falando. Porque a

gente não fala, eu não chego numa cidade e falo enquanto Rosa, e nem como sociedade São Vicente de Paula, eu faço enquanto conselheira. E houve um fato que o município, um conselheiro foi representar o Conselho Estadual, ele foi além daquilo que foi aprovada. Aí essa pessoa, lá no município o promotor do município entrou com um processo contra o CEAS, falando que o CEAS estava fomentando contra o gestor local. Aí o CEAS foi e provou: “Olha, a ata está aqui que aprovou o conteúdo, o conteúdo é esse e o conselheiro foi capacitado sobre isso.” O que ele falou a mais, responsabilidade dele. É uma forma, gente, de proteger nós que estamos aqui compondo o conselho. Então eu queria só saber se essa comissão de apoio já se debruçou, já criou esse instrumental para que os conselheiros saiam e falem em nome do conselho. **Stefany, SE:** Só para complementar o que o Marcelo falou, que ontem na reunião da mesa diretora, em conversa com o pessoal, eu sou a pessoa que vai representar e vai falar sobre orçamento. E foi até o que eu comecei na reunião, eu posso falar sobre orçamento, eu posso estudar e falar tudo sobre orçamento, mas eu vou ter uma visão técnica sobre orçamento. Eu não tenho uma visão e uma experiência como conselheira que atua com orçamento para chegar lá no CMAS e falar: olha, como conselheiro você deve atuar de tal e tal forma com o orçamento, você vai visualizar isso, isso e isso. Então assim, eu acho que o que foi conversado onde na reunião é que, não que as pessoas devem, a comissão de apoio não deve ir, como foi determinado, mas que isso pode ser aberto para que outros conselheiros também possam ir e acompanhar essa capacitação também e expor. Porque acredito que a capacitação ela é feita pelo CEAS, e assim, a comissão, a gente dá o apoio, mas a capacitação é do CEAS. E o CEAS tem várias comissões, não é? Assim, então eu acho que o que ficou definido na reunião da mesa diretora ontem foi isso, não que quem foi definido não deveria ir, mas que isso deve ser aberto para que outras pessoas também possam ir. **Matheus, LGBTQI de Cláudio-MG:** É exatamente isso que a Stefany trouxe que nós discutimos na comissão de orçamento. Recuperar também a fala que eu tive na reunião de segmento da sociedade civil demonstrando o quanto nós estamos confortáveis com a comissão de apoio, conduzir esse processo, haja vista todo o acompanhamento. Mas também a necessidade de ampliar a participação, a participação de outros conselheiros para a gente conseguir se apropriar desses espaços de encontros com os conselhos municipais, para a gente conseguir se apropriar dessas temáticas e ampliar o repertório de reflexão, de olhares. Justamente para a gente conseguir, é como a Stefany mesmo disse, a gente vai enquanto CEAS, e enquanto esse CEAS, quanto mais pessoas puderem estar presentes, compreenderem a importância disso e levarem essas reflexões, esses entendimentos para as suas comissões, par aos seus territórios e aqui também para o CEAS. É muito importante e acho que é significativo que a gente tenha pelo menos um representante de cada comissão para além da comissão de apoio, justamente por isso, é garantir mais participação, é garantir que a nossa presença nesses espaços consiga, de alguma forma, colaborar com a comissão de apoio e colaborar com o objetivo principal

dessas atividades. Com os CMAS nesses territórios para a gente conseguir avançar numa posição do CEAS enquanto um coletivo que está pensando o avanço da política mesmo estado. **Luiz Carlos, ARMI:** Eu digo o seguinte, no primeiro momento a sensação que, pelo menos eu tive, sou 100% favorável à participação de outras comissões, porque esse é o processo democrático, tem que haver a participação e todos, mas eu tive uma leve sensação que me parece que a comissão de apoio, nós fomos meio que jogados para lá por falta de competência. Vamos jogar esse pessoal lá na comissão de apoio lá porque não vai dar contribuição muito lá no orçamento, lá em normas, lá não sei aonde, vamos deixar eles lá na comissão de apoio. E quando a comissão de apoio começa a se movimentar, a gente tem uma leve sensação, desde o primeiro momento que eu tive, eu estou acompanhando aqui eu sinto que parece que a nossa comissão ela sempre precisa de um puxãozinho de orelha daqui, dali, de acolá. Meu ponto de vista. Eu, desde o início, eu falei que sou 100% contrário a essa questão de paridade, e tarará, e tororô. Só que ontem à noite, eu falei com Laís quando eu cheguei aqui, eu comecei a estudar o tema que meu deu oportunidade de falar sobre o assunto, comecei a estudar ontem e já mudei de opinião. Se eu não tivesse tido a oportunidade, de repente, lá em Teófilo Otoni nessa capacitação de estudar sobre o assunto, eu continuaria da mesma forma, achando que 50% da sociedade civil tem que ser entidades, que trabalhadores têm que ser disso ou daquilo. Então assim, se eu vou preparar um material, claro que a gente vai preparar o material, a gente vai encaminhar direitinho, que eu não sou maluco de chegar lá e falar o que eu penso, o que eu acho, se eu estou representando o CEAS eu tenho que ter essa responsabilidade. Agora assim, eu acho que participação de outros sim, com certeza, mas eu penso aqui na mesa, de vez em quando, é bom dar um voto de confiança para quem está chegando. Porque a gente fala pouco aqui, eu tenho dito isso, não é por falta de conhecimento não, a gente está ouvindo mesmo, está aprendendo, está escutando bastante, chegamos agora, a gente não vai ficar dando a opinião, muitas vezes, daquilo que a gente não tem 100% de certeza e nem sempre a gente tem 100% de certeza. Mas é preciso também dar um voto de confiança porque lá na comissão de apoio vou falar, vai escolher os conselheiros que estão mais próximos, os que estão mais próximos a Teófilo Otoni. Quando for lá para São João Del Rei, vamos escolher os conselheiros que estão mais próximos a São João Del Rei, até mesmo pela questão de custo, porque o tempo todinho falando sobre custos, é, tem que cortar custo, não pode muita gente, tem que limitar o número de participante. Então é isso, então eu acredito, viu, Flávio, que todo mundo tem que disponibilizar o material, não é só dentro da comissão de apoio, é para o CEAS inteiro, não é? Disponibilizar, a gente vai disponibilizar. Eu me coloco à disposição, quem quiser falar sobre o tema que eu vou falar pode pedir aqui que tem muito mais capacidade que eu, não tem problema nenhum, eu não tenho nenhum tipo de vaidade com isso, eu acho que só seria uma oportunidade de fazer uma reflexão, de mudar os conceitos, de ver que realmente trabalhador, entidade, não é isso? O usuário pode caminhar junto. Porque até ontem eu

não pensava assim não, só estou pensando assim porque estudei ontem, comecei a estudar sobre o assunto. E se não fosse, de repente, essa pauta, essa pauta, talvez eu continuaria pensando como eu sempre pensei. Então a oportunidade acho que tem que ser dada para a gente para a gente evoluir dentro do CEAS aqui, porque a sensação que a gente tem, muitas vezes, é de que a gente é incapaz, a gente não tem o conhecimento suficiente. Muito obrigado. **Wellington, FMLSUAS:** Só reafirmando, e ressaltando, ao mesmo tempo, que o CEAS ele não tem somente a comissão de apoio, então foi por isso que eu disse que sou, e todos nós da comissão de apoio somos favoráveis a ter outros representantes de outras comissões, o Isaac me corrija se fugir disso. Quando o Isaac perguntou no grupo a respeito de troca, porque desde o início quando surgiu essa questão desse encontro e tudo mais, foi colocado a questão orçamentária, cortar, entendeu? Não pode todos, enfim, então foi por isso que veio essa pergunta se haveria a substituição, entendeu? Nessa, se uma comissão iria e a comissão, quem estava na frente de tal assunto, da comissão de apoio sairia. Então eu acredito que seja isso, essa pergunta quando ele fez no grupo. **Jennifer, PSIND:** Eu vou só acolher, primeiro, Luiz, o que você colocou, mas eu acho que a gente precisa fazer uma reflexão sobre isso, até mesmo enquanto sociedade civil, não é? Como que a gente está dialogando entre nós. Principalmente, eu vou deixar para outros, problematizar a questão mesmo, que foi isso, para mim, desde ontem, ficou entendido que era a mais e não substituição. Na nossa comissão de orçamento foi essa a proposta que foi levada, e eu não estava aqui de manhã. Mas eu acho que quando você, o conselheiro coloca assim que a impressão, e aí é algo que é sentido, que outras pessoas têm que estar sempre à frente porque um conselheiro ou outro não tem a capacidade, eu acho que a gente precisa dialogar entre nós o quê que isso significa e como mudar isso. Porque essa não é a proposta, nunca foi, pelo menos do tempo que eu estou aqui convivendo com vocês, nunca foi a proposta. Na verdade, a gente sempre busca, realmente, às vezes eu vou dominar um assunto mais do que você, você vai dominar outro assunto mais do que eu, isso é normal da convivência em grupo, em comunidade, no coletivo. E a gente vai estrategicamente colocando essas pessoas para ocupar os lugares mais adequados. Porém, isso não pode jamais ser no lugar onde você se sinta menor do que eu me sinta menor do que você, esse não é o intuito, eu acho que a gente precisa aprofundar sobre isso. Quando a gente fala de colaboração é para trazer mais capacidade, mais conhecimento, mais trocas para que a gente possa realmente se ajudar e construir algo melhor. Mas eu também acho que a gente tem que discutir isso mais na sociedade civil, sabe? Ampliar, não só aqui, mas ampliar lá dentro também porque enquanto a gente tiver pessoas, e aí não é a primeira fala, mas eu acho que a gente vai construindo, mas a gente também vai buscando. Quando a gente, pessoas que são mais para frente como eu, aparecida, às vezes vão puxando, eu mesma eu gosto de olhar e ver “ah, aquela pessoa ali tem isso aqui que é bacana”, mas isso nem sempre fica tão evidente. Então a gente tem que ouvir isso e trabalhar isso dentro do grupo também, tá? Se sinta acolhido, esse não é

o intuito, e eu espero que a gente construa muito junto no coletivo mesmo a partir de agora.

**Rosalice, CMSSVP:** Eu queria só falar duas situações aqui. Ontem mesmo eu a Sandra estávamos conversando e da necessidade de diversificar mesmo as representações do CEAS, de colocar todos os conselheiros em todos os espaços e não repetir. A gente estava falando da necessidade dos conselheiros novatos estarem em espaços representando o CEAS, isso aí é fato então realmente eu nunca percebi isso dentro da sociedade civil, estou aqui desde janeiro. Eu sempre via essa, a sociedade civil sempre incentivando a todos os membros a participar de todos os espaços. E quando eu trago, Luizão, da necessidade da padronização das falas é uma questão de segurança, e é regimental, é responsabilidade da Secretaria Executiva nos subsidiar, tá, gente? As Secretarias Executivas são formadas por técnicos e elas têm a obrigação regimental de subsidiar as nossas falas, de subsidiar a gente em conteúdo e de apresentação. Nós, conselheiros, somos voluntários, nós temos as nossas atividades lá fora. Então elas trabalham para subsidiar os nossos trabalhos e elas têm que estar, olha, essa é a apresentação que vocês vão estar levando lá e caso nós tenhamos dúvidas em relação ao assunto, nós temos que reunir com elas e elas não apresentarem como que a gente fala. Porque a capacitação tem que vir delas também. Então, olha, a gente está com dúvida nisso, eu vou falar sobre isso, qual que é a, como que eu posso levar esse assunto? Então é um trabalho delas. Então quando eu falo que se a comissão de apoio já está se debruçando para fazer uma apresentação padrão, é para a gente não correr risco, é uma segurança mesmo, tá? Não é questionando a capacidade da comissão de apoio não, é só trazendo em pauta a responsabilidade de quem é responsável. É só para nos segurar mesmo, é só para nos garantir a mesma fala, garantir a nossa segurança, é só nesse sentido mesmo que sempre foi assim no conselho, é uma forma mais confortável, e segura da gente trabalhar. E quando o técnico ia, eu vou só acrescentar isso, o técnico ia para subsidiar o conselheiro, que quem representa o conselho é conselheiro.

**Flávio, CMAS Ipatinga:** Em resposta aos questionamentos, a questão da construção do material a gente está alinhando isso junto com a Ana Carolina que é a nossa técnica, ela vai fazer esse acompanhamento junto conosco e vai estar ali presente como ela sempre tem agido com a gente. Ela sempre tem acompanhado, sempre tem dado esse respaldo que a comissão precisa e está sendo construído junto com ela. Essa questão desse diálogo com, do CEAS com o CMAS isso está sendo novo para nós também porque partiu de uma, foi uma demanda de uma reunião descentralizada que se tornou essa capacitação juntamente. Então não sei se existe histórico, não foi passado para a gente se existia já esse histórico desse acompanhamento do CEAS junto com o CMAS no estado. Mas a gente está construindo isso junto, já tivemos reuniões, reunião com a coordenadora de Teófilo Otoni, alinhando alguns pontos também. Vai ter, novamente, essa semana de novo, e a gente está buscando construir o melhor. Entendemos, como o Leon falou, por sermos novos também a gente tinha até a proposta de convidar alguém da comissão de normas para um dos temas que a gente não sentiu

segurança para estar levando, que estava sendo definido isso em reunião. A gente ia até pedir essa sugestão hoje aqui na plenária para que a comissão indicasse alguém que pudesse ter propriedade para estar indo e argumentando. A respeito da fala da técnica, aí, Rosa, a gente pode ver essa questão sim, seria interessante, talvez, então a Ana ficar como suporte e estar indo uma pessoa da comissão para estar falando, da comissão de normas para estar falando sobre o tema dela. Mas é extremamente importante a presença da técnica junto com a comissão, junto com a equipe nessas capacitações. Isso aí é uma questão que, tipo assim, não tem como ser aberto mão. **Luiz Carlos, ARMI Serra dos Aimorés:** Eu só queria deixar registrado também, gente, pode independente, independente de quem faça, mesmo seguindo um rito, cada tem a sua própria dinâmica, ninguém é engessado aqui não. Se nós estamos aqui discutindo, porque eu votei favorável à LOA? Porque o meu entendimento é de favorável, não é o contrário, isso é meu entendimento. Agora, se eu sou um conselheiro aqui que eu tenho que ser engessado, tenho que seguir um padrão, tenho que seguir um rito, para mim não serve. Eu sou quem eu sou e cheguei aqui pelos meus atos, pelas minhas falas. Claro que a minha representatividade aqui é CEAS, eu estou indo lá como CEAS, não como Luizão, que a minha fala como Luizão seria outra totalmente diferente, eu ia falar a minha realidade, as dificuldades que a gente tem dentro daquela localidade, daquilo que a gente vive lá todo dia. Mas eu estou indo lá como CEAS, eu tenho que falar lá como CEAS. Então assim, isso a gente tem consciência, mas a gente precisa ter essa tranquilidade de ser quem a gente é, a essência da gente, entendeu? A gente não tem que só também seguir uma coisa mecânica, programada, olha, são esses slides aqui, são cinco, você falar aquilo, você vai ler eles porque é uma determinação do CEAS, você lê cinco slides e pronto, encerrou, e agora já passou a bola. Não, eu acho que a gente tem que seguir sim aquilo que a gente está discutindo aqui de acordo com as normas, com as leis, não é? Enfim, mas colocando aquilo que a gente é de fato. Muito obrigado. **Isaac, CQVRD:** Bom, tentar falar um pouquinho sobre a questão, então teve discussão na sociedade civil e na comissão com relação aos outros participantes, aí quando a gente chegou na reunião da comissão houve uma dúvida entre, porque assim, a gente, até Leon estava falando, a gente na reunião da sociedade civil entendeu que era uma a proposta da sociedade civil sobre outros conselheiros que participaram. Lá na comissão o entendimento era que era outra a proposta, e eu ainda perguntei: “É trocar os conselheiros ou é mais, é mais conselheiros participar ou é mais comissões participar?”, ele falou: “Não, a proposta é que as comissões também mandem outras pessoas para participarem.” E aí dentro da comissão, até a nossa técnica falou: “Aí a gente esbarra no orçamento que não dá para irem todos os conselheiros participarem.” Aí a comissão então, por maioria: “Pô, vamos deixar duas propostas, uma que são os nomes antes definidos pela comissão e outras a outros nomes a serem definidos na plenária.”, isso foi o resumo. E aí é um pouco mais sobre a questão de conteúdo também, eu ainda perguntei à nossa técnica, na reunião, se já teria uma apresentação, uma proposta

de apresentação para a gente passar aqui na plenária hoje, aí ela me disse que na verdade ficará a cargo dos conselheiros que forem fazer a apresentação, eles mesmo construirão o material e depois ela até contribuir com isso porque há uma dificuldade da Secretaria Executiva para, até porque a nossa técnica é também a secretária executiva, ela disse que tem um acúmulo de trabalho, uma dificuldade para produzir esse material em tempos. E não foi isso que você trouxe, Ana Carolina, até me corrija, que foi isso que eu entendi. Então ficaria a cargo dos conselheiros ela produzir a apresentação em si, cada um produz o que for falar, e aí a gente discute na comissão um pouco sobre isso, acho que é um pouco nesse sentido. **Flávio, CMAS Ipatinga:** A respeito da fala do Isaac sobre a construção do material, foi essa a orientação que a Ana deu, mas ela falou que o material vai ser construído para dar liberdade do conselheiro colocar ali na linguagem dele, mas que é para ser encaminhado para ela para ser passado pelo respaldo da Secretaria Executiva. Que aí ela vai dar o aval, sim, não, o quê que vai mudar, o quê que vai acrescentar, o quê que vai tirar, ela deu essa liberdade de construção para ser feito e ser encaminhado para ela para ser validado, vim para a comissão e ser validado. Aí vamos passar então para o ponto da proposta, está no telão, os temas que serão abordados lá é a resolução 100, paridade de representatividade, a lei de criação dos conselhos, regimento interno, comissões dos conselhos e pautas orçamentárias no CMAS. Como que chegou a essa definição de temas para serem tratados? Foi uma demanda levantada junto a, foi a partir, eu esqueci o nome do documento, isso, pela diretoria de vigilância aqueles dados que foram levantados. A gente sentou ali, olhou quais que eram os temas mais pertinentes, o quê que realmente de fato estava sendo o gargalo ali dentro desses conselhos, e aí foi levantado esses pontos que a gente viu que é de extrema relevância para serem conversados, dialogados com eles. A comissão também chegou naquele ponto que não é uma capacitação em si, mas é um nivelamento de conhecimento, como que o conselho, o quê que ele precisa ter para ele estar funcionando, para ele estar seguindo, para ele estar conseguindo alcançar a produtividade, aquilo que ele necessita ali naquele momento. Então esses foram os temas abordados. E ali a gente traz a primeira proposta com alguns nomes, inclusive na questão da lei de criação dos conselhos não colocou, mas a gente está solicitando um conselheiro da comissão de normas para estar nos apoiando lá. E aí ficaria na resolução sem o Isaac, na paridade de representatividade o Luiz Carlos, na lei de criação dos conselhos seria um conselheiro da comissão de normas, regimento interno aí a gente pode entrar na questão, seria a Ana Carolina, mas a gente colocar um outro conselheiro de uma das comissões para estar nos apoiando ali que se sinta confortável dentro deste tema. A comissão nos conselhos seria eu, e as pautas orçamentárias no CMAS seria a Stefany, mas como ela falou também, seria interessante ter um conselheiro da comissão de orçamento para até mesmo na questão da linguagem, a gente poderia estar também pedindo essa sugestão aqui agora da comissão de orçamento. **Nelson, SEDESE:** As comissões querem se manifestar com relação às pautas?

**Marcelo, OAB:** Quando a gente conversou na mesa diretora a respeito dessas pautas, lei de criação dos conselhos, regimento interno, o pessoal que estava na reunião da mesa diretora vai lembrar que a preocupação que eu tive sobre esses dois temas é que são temas que a gente ainda está discutindo aqui no nosso CEAS. Nós estamos trabalhando o regimento interno para alterá-lo. A lei de criação de conselhos municipais ainda não passou nem por nós aqui e nem sei como que está isso hoje aqui no CEAS. Bom, mas aí eu disse também que quando a gente, em momentos anteriores que eu tive aqui no CEAS, quando a gente pensava em tratar desses temas a gente construía o material, uma minuta de um regimento interno, uma minuta de lei de criação de conselhos, e sentava com esses municípios que tinham dificuldades, não é? Eu até acredito que a própria SEDESE deve ter modelo de criação de conselhos bem atualizados que pode contribuir com quem for até lá para falar. Mas quando eu falei sobre essas duas, esses dois temas, era nesse sentido. Agora, se nós vamos tratar de fala de regimento interno de uma forma geral o quê que deve, o quê que não deve conter, não é? Aí tranquilo, mas é porque eu pensei que ia ser uma fala muito voltada para o que nós temos hoje aqui e o quê que a gente poderia passar de informação para eles, mas é somente quanto a isso. **Flávio, CMAS Ipatinga:** Mas é isso, Marcelo, na verdade nós estamos observando que têm municípios que eles não têm nem a, como eu posso dizer? Eles não têm nem a base para iniciar. Então no caso esse primeiro momento seria justamente levar ao conhecimento do que é necessário para que o CMAS ele possa estar atuando, que ele possa estar construindo. Se ele não tem o regimento interno ainda, por quê que ele não tem? Foi o que foi conversado ontem na comissão. Levar um modelo, um esqueleto para ele para ele estar construindo ali dentro do que traz de fato a resolução, a lei. Mas também dentro da necessidade do município, dentro das particularidades do município ali. A questão também da lei do SUAS, da criação da lei, eles terem esse conhecimento que se faz necessário ter essa lei, como que é, onde eles podem pedir ajuda para elaboração dessa lei, para criação dessa lei. Até mesmo para levar ao conhecimento deles, igual a gente está tendo problema aí com dois conselhos. Na verdade, um de fato que tem uma cadeira dentro do conselho que é do legislativo, entendeu? Então tipo assim, e está uma discussão porque eles não querem abrir mão, eles acham que é direito ter a cadeira lá. Então é levar o conhecimento até mesmo para que quando for criado seja criado, seja criado dentro da forma correta, do jeito certo de ser feito. Então esse primeiro momento é isso, é até mesmo o piloto para a gente sentir como que vai ser em Teófilo Otoni essas necessidades mesmo para melhoria para os próximos que virão. **Mayra, APAE BH:** Já tem a data certinha? **Flávio, CMAS Ipatinga:** Dia 5 de setembro. **Mayra, APAE BH:** Vai dar tempo? **Flávio, CMAS Ipatinga:** Assim, está tudo organizado, não é? **João Paulo, SEDESE:** Eu fiquei na dúvida se a sua dúvida era data por disponibilidade para ir. O evento é do dia cinco, só que quem for tem que ir dia quatro, voltar dia seis, então isso para quem manifestar interesse pensar a logística aí. **Rosalice, CMSSVP:** Eu acabei de consultar aqui no grupo da comissão de normas

quem teria disponibilidade por ser um evento daqui a duas semanas, pedi que todos olhassem as suas agendas. Infelizmente, devido ao prazo ninguém consegue se organizar para lá, para ir em Teófilo Otoni dia cinco, não é isso? É, tem que sair quatro para estar lá dia cinco, o evento é o dia inteiro? Porque eu não vi a programação, e aí a gente só vai retornar dia seis. Enquanto a minha agenda eu não consigo ficar mais três dias fora da minha entidade, consultei os demais membros da comissão eles também estão com essa dificuldade de três dias fora das suas respectivas órgãos e entidades. Então vocês desculpam, no próximo a gente tenta se organizar com maior antecedência, vê se alguém da comissão de normas pode estar apoiando vocês. A gente vai estar aberto para apoiar, mas só que dessa vez, sabe? Só dessa vez nós estamos com dois. E eu sugiro, só como contribuição mesmo, a SEDESE tem a Rose, cadê a Rose? A Rose não está aqui hoje não? O setor da Rose, Rosilene, levanta a mãozinha, eles têm, gente, um material muito interessante sobre lei de criação que eles orientam os conselhos municipais, eles orientam os municípios. Porque quem orienta o conselho municipal somos nós, e quem faz a lei é a própria, é a gestão junto com o legislativo do município. O setor da Rose já tem um material, talvez se quem for falar sobre lei conversar com a equipe da Rose, criar esse material, tá, Ana Carolina? A partir da experiência que a equipe da Rose tem, e levar o que a SEDESE já discute. Porque se a gente levar algo novo, diferente, a SEDESE já vem discutindo com os municípios. Foi o ano passado ou ano, teve acho que uns dois anos atrás eles fizeram uma série de capacitações com os municípios em regionais, não é isso, Rose? Que foi muito interessante, que foi online, e falava assim: “Hoje nós vamos falar sobre a lei de criação.” Então são todos municípios de uma regional e eles vão falando sobre a lei de criação de uma forma bem didática. Então eu sugiro que se vocês quiserem conversar com a equipe da Rose eles podem estar passando esse material que está, é bem interessante o material que a equipe dela fez. **Luiz Carlos, ARMI Serra dos Aimorés:** Eu, assim, eu acredito, eu acredito que Teófilo Otoni, não vai chegar nenhum município lá, eu acredito, que não tenha lei, que não tenha lei. Acredito que praticamente todos os municípios que vão chegar lá tenham lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social. Eu acho que a dificuldade lá é a paridade e representatividade dentro dos conselhos, essa é uma questão que eu acredito que esteja porque é a nossa realidade lá, paridade e representatividade. E aí a orientação, eu acho que vai ter que ser, é a questão de alteração da lei, não é, Marcelo? Alteração da lei. Aí a alteração da lei é o quê? É o poder executivo, tem que caminhar para o legislativo, tem que mobilizar o legislativo para fazer alteração da lei para depois alterar o regimento interno. Acredito que a dinâmica é essa, não é isso? É isso? Então é isso, então assim, eu não vejo chegando lá município para criar lei, eu acho que a fala é essa, alteração da lei devido à questão da paridade e representatividade, porque é nossa essa questão da inclusão do usuário e a questão do trabalhador que a gente tem que fazer com que as entidades entendam que a dinâmica mudou, que nós, como entidade a gente sempre acreditou que

era 50%, não é? Sociedade civil organizada, que seriam as entidades, 50% governo. Então a dinâmica mudou, isso já ultrapassou, eu vi isso, está claro para mim. Então acho que a orientação em Teófilo Otoni, provavelmente, vai ter que ser alteração de lei e não criação de lei. **Nelson, SEDESE**: Só para, acho que a gente caminhar então com o ponto de pauta, não é? Todo mundo está de acordo então com a programação da forma como está? Para a gente então, porque assim, a gente tem uma questão, também, acho que de prazo, assim, precisa, já está acordado lá com a regional, inclusive local, convite, inclusive a regional pediu para aguardar, tem um encontro na semana que vem então a divulgação deve se iniciar, de fato, na semana que vem. Mas eu acho que a gente precisa só fechar a programação e se todo mundo estiver de acordo com os nomes para a gente poder, enfim, caminhar com a proposta e com as questões que são burocráticas para a execução do encontro. **Rosalice, CMSSVP**: Só para voltar ao que eu falei, eu queria só entender, o Isaac traz que na comissão foi falado que ia ser, eu falei de um caminho que parte da secretaria executiva para os conselheiros, eles aprovam e adotam. E, Luiz, não, não é algo caixinha fechada não, sabe? É só uma orientação, só tipo assim, agora eu vou falar sobre isso, mas é do seu jeito, é da forma que você, que o conselheiro acha mais fácil. E eu sugiro ainda que a linguagem seja menos técnica possível, não fale nada técnico, fale de uma linguagem que desde o usuário ao gestor consigam entender, enfim. Mas eu não consegui ainda, não ficou claro para mim quem vai elaborar esse projeto, essa apresentação, se realmente vai ser o caminho inverso do que eu falei, que a gente parte da Secretaria Executiva para o conselheiro, aqui vai ser do conselheiro para a Secretaria Executiva? Porque atribuição, tá, Nelson? Eu estou falando, não estou falando de algo que eu inventei, é uma atribuição mesmo da equipe técnica subsidiar os conselheiros numa apresentação. **Jennifer, PSIND**: Uma primeira questão que a Patrícia estava colocando para a gente, que talvez também seria uma forma das comissões contribuírem, seria as comissões contribuírem na produção do material, não é? Já que aí nós conseguiríamos colocar um ponto de vista da comissão, aí, por exemplo, orçamento, não é? Para que quem vá apresentar também considere esse ponto de vista, talvez seja uma forma aí da gente também estar contribuindo. E uma outra questão, gente, isso é mais subjetivo, assim, não é nada técnico, mas eu tenho acompanhado Teófilo Otoni desde o início do meu mandato no sindicato o ano passado. Teófilo Otoni tem uma condição, assim, de muita precarização das nossas trabalhadoras do SUAS. É uma das cidades que a gente tem maior demanda, sabe? Então uma das coisas que eu acho que seria bom ser reforçado é esse protagonismo que tem que ser dado aos próprios trabalhadores, porque esses trabalhadores, também imagino que lá os usuários também precisam, mas eu estou atendendo mais os trabalhadores, eles ficam nessa situação de serem muito assediados. Então eu acho que uma das coisas de reforçar é que as cadeiras de trabalhadores tenham que ser, realmente, pessoas ali eleitas pelos trabalhadores para estarem nesses espaços. Eu acho que é importante a gente estar reforçando e considerando. **Flávio, CMAS**

**Ipatinga:** A gente também tinha proposto a questão da pauta de orçamentos no CMAS se a comissão de orçamento, se tivesse um representante e se quisesse ir para acompanhar a Stefany.

**Jennifer, PSIND:** A Stefany levou essa pontuação, nós consideramos importantíssimo, a gente achou muito bacana da gente estar, porém nessa data a gente não conseguiu nenhum dos conselheiros para estar disponível. Então nas próximas, a gente tendo uma agenda para se organizar, a gente se disponibiliza sim.

**Flávio, CMAS Ipatinga:** E outro ponto que foi colocado pela Jennifer foi a criação pelas comissões da apresentação, encaminhar para a gente para a gente estar construindo juntos. As outras comissões estão de acordo? Seria interessante essa proposta. Porque ali seria, nós teríamos ali a comissão de orçamento, que seria vocês, e a comissão de normas.

**Mariana, SEDESE:** É porque eu mandei até para a Carol, pedi para verificar, mas todo mundo aqui, quem estava não sei se vai lembrar, na conferência estadual do ano passado, a gente fez um material, eu resgatei ele aqui, mandei, vocês podem até, faz o favor de compartilhar no grupo dos conselheiros, ele é um material completinho feito pelo CEAS com a SEDESE em 2022, 23. Na época, inclusive, eu até já, a resolução 100 já tinha sido publicada, ela foi atualizada, então ele está totalmente atualizado. Eu pedi à Secretaria Executiva até para verificar porque a gente tinha esse material impresso, inclusive, não sei se vai ter em quantidade suficiente, mas ele está pronto, ele está pronto, foi distribuído na conferência estadual ainda no ano passado. Então assim, só para contribuir, eu não vejo necessidade de mais material, esse material foi validado pelo CEAS no ano passado, vocês podem olhar e conferir, eu acho que já seria bem adiantado. A Rose está falando, mas transformar isso num Power Point a Secretaria Executiva consegue fazer tranquilamente.

**Flávio, CMAS Ipatinga:** Então ok, por mim, pela comissão.

**Wellington FMLSUAS:** Sei que essa questão de participação de outros conselheiros fora a comissão de apoio foi alto levantado de ontem para hoje, certo? Mas a questão da data é algo que foi trabalhado há muito tempo, apresentado aqui para este conselho no mês de junho e julho.

**Nelson, SEDESE:** Então a gente pode caminhar com a pauta? é só, assim, a gente então já tem, Mariana mostrou aí, está no grupo dos conselheiros, tem um livreto inclusive com todas as informações que vocês trouxeram como ponto de pauta para a reunião. E aí a Secretaria Executiva então fica responsável para o fazer, montar as apresentações e aí os conselheiros que forem fazer a fala estudem o material, acho que podem apoiar no sentido de destacar os pontos que acham mais importante constar na apresentação, a Secretaria Executiva monta dessa apresentação. E aí os conselheiros que estão indicados pela comissão vão para o encontro representando o CEAS. Está todo mundo de acordo?

**Flávio, CMAS Ipatinga:** Só então no caso a gente tinha deixado ali a lei da criação dos conselhos para um representante da comissão de normas, aí como não tem a disponibilidade no momento, aí a gente gostaria de estar indicando o Leon para estar indo para essa pauta.

**Nelson, SEDESE:** Então estão todos de acordo, gente, com a estrutura e organização do evento? Pela aprovação? Reprovação, abstenções. Então

encaminhamento aprovado. O próximo ponto foi uma solicitação de inclusão por parte da sociedade civil que é a respeito do retorno, solicitando retorno da SEDESE às demandas apresentadas pelo CEAS. **Laís, CMAS Ipatinga:** É porque a gente entendeu que as meninas da Secretaria Executiva anotaram todos os encaminhamentos feitos pelo subsecretário, é subsecretário que chama, não é? Subsecretário, secretário adjunto na reunião passada. Uma das questões foi a diária dos conselheiros da regional metropolitana, mas tinha outras coisas que eu não me recordo e, assim, eu tenho que procurar aqui. Mas as meninas da secretaria executiva anotaram, não é? Aí a gente queria esse retorno. **Nelson, SEDESE:** Ontem eu, inclusive, mandei lá no grupo da mesa diretora, eu busquei na ata da nossa discussão e a gente tinha tirado como encaminhamento que a mesa diretora se debruçasse sobre esses pontos para poder encaminhar. E aí eu fiz, inclusive, uma meia culpa porque eu não cobrei lá na mesa diretora também, a Secretaria Executiva fez, levantou os pontos em ofício, mas eu, inclusive, coloquei aqui como o Marcelo também, não é? A gente já tinha feito, por exemplo, a respeito da consulta do transporte para os conselheiros de Belo Horizonte, a Secretaria Executiva e a SUBAS já tinham feito uma consulta, então a gente já tem um retorno a respeito disso. O que vocês apresentaram aqui era um entendimento diferente do que a gente tinha enquanto consulta. E aí o ofício inicialmente construído pela Secretaria Executiva vai ao encontro da primeira consulta que a gente tinha feito. Então eu sinalizei isso, assim, que eu acho importante a contribuição, e aí isso está lá na ata, depois quem quiser retomar lá, de que a mesa diretora então colocasse esses pontos na hora da gente fazer o envio desse ofício. Então faço aqui a minha meia culpa de não ter encaminhado isso, mais uma vez, na mesa diretora, mas a gente já tinha tirado isso como encaminhamento. Então não tenho, a gente não tem um retorno hoje formal porque também o CEAS não encaminhou formalmente. Mas aí estou colocando esse ponto aqui que eu acho que é uma discussão que precisa, a gente precisa incluir lá legalmente qual que é a nossa posição e entendimento com relação à questão da diária da passagem dos conselheiros residentes em Belo Horizonte. **Jennifer, PSIND:** Você citou que tem um ofício já que a secretaria fez. E esse ofício pode ser enviado para a gente começar a trabalhar em cima dele então e encaminhar até semana que vem, talvez? **Nelson, SEDESE:** Então a gente pode tirar como encaminhamento a Secretaria Executiva colocar o documento, o ofício em um documento compartilhado e enviar no grupo da mesa diretora para a mesa diretora construir e validar o documento, certo? Então vamos só votar pela aprovação do encaminhamento. Então pela aprovação. Abstenções, reprovação. Então encaminhamento aprovado. O próximo ponto é da comissão de orçamento, a gente até iniciou essa discussão na reunião de comissões conjuntas que é a respeito de uma capacitação para a comissão de orçamento. **Jennifer, PSIND:** Então, nós temos primeiro nós tínhamos desde quando a gente fez a indicação da Simone para compor a comissão de orçamento, a gente, a Simone já tinha se disponibilizado, se colocado de forma temporária, a Conselheira Simone, não é? De forma

temporária e já fez a solicitação de que retornasse para a comissão de monitoramento. Hoje a gente fez um diálogo entre a comissão de orçamento, e validamos com a Simone, apesar de ela não estar aqui ela manifestou que tem o desejo, realmente, de voltar o mais rapidamente para a comissão de monitoramento. E agora a gente tem a nova conselheira, a Patrícia, não é? Que também manifestou interesse de estar na comissão de orçamento. Então a primeira coisa seria essa, de a gente. Desculpa, gente, acontece. É o seguinte, TDAH tem que manifestar na hora que lembra, então vocês me lembrem daqui a pouco que eu tenho que voltar nisso. Então tá, a súmula só, não é? Como é que está ali? Nós já tínhamos feito o pedido de. **Ludmilla, CRESS-MG**: Só sobre esse assunto, é porque ontem eu apresentei a demanda aqui, não é? E o que foi colocado é que a comissão de orçamento mais os conselheiros necessitam dessa capacitação. Pois hoje somos nós na comissão, amanhã pode haver uma mudança, principalmente porque no momento de deliberação todos os conselheiros deliberam. Então é importante que todos os conselheiros tenham conhecimento sobre a pauta. **Jennifer, PSIND**: Então, nós temos, gente, uma proposta de capacitação, como a Ludmilla bem colocou, a gente acha que é importante todos participarem ou a grande maioria que estiver disponível. E também a Secretaria executiva, independente de qual comissão esteja, porque eu acho que é isso, todos nós construímos a pauta de orçamento e estamos dialogando sobre ela constantemente. E nós temos uma proposta de, já com uma data incluída na proposta de uma capacitação sobre esse tema. A capacitação ela tem o objetivo de capacitar os conselheiros em temáticas básicas e estratégicas para o exercício do mandato de conselheiro. Justificativa, alto nível de complexidade nas discussões sobre orçamento público e necessidade de definir estratégia para incidências do CEAS junto ao grupo gestor do FEM. Então agora se faz muito importante isso, a gente vai ter que defender o mínimo, aí eu posso falar com mais certeza, os 225 milhões que foram aprovados na lei autorizativa, acho que vai ser uma grande discussão aí dentro do grupo gestor e a gente precisa estar bem capacitado para isso. Metodologia, analisar de forma menos teórica porque quando a gente pega a letra da lei a gente está falando sobre questões muito técnicas e nós precisamos, principalmente no âmbito político, a gente está de uma forma menos teórica e mais prática tendo esse conhecimento. Nós temos uma proposta de data no dia 18/09 que seria anterior à plenária do mês de setembro, a plenária está marcada para o dia 19, então a gente aproveitaria a quarta-feira. A programação prevista, a Letícia nos ajudou aqui construindo alguns conceitos, mas também saiu de uma discussão da comissão, foi bem proveitosa. Então conceitos básicos, funções do orçamento, princípios. E isso também dividido seria interessante dividir em blocos, não é? Para a gente poder se aprofundar nesses assuntos e estarmos mais capacitados. Ciclo de orçamento, PPAG, LDO, a LOA, emendas ao orçamento, então como que são construídas essas emendas, como que elas integram aí a lei, a execução orçamentária e discriminação dos recursos em outras políticas públicas. Nós também dialogamos bastante ontem sobre a necessidade de a gente visualizar isso,

como que as outras políticas públicas estão, como que está o orçamento dessas outras políticas e como está sendo executado. Como que prevê a LOA, não é? E como que está sendo executado dentro do ano orçamentário, porque isso também vai capacitar o nosso, o nosso diálogo no âmbito político para essa disputa de orçamento. Outra questão que a gente colocou sobre o levantamento que seria muito importante a gente ter já nessa discussão, nessa capacitação, um levantamento de como que, de tudo que a gente precisa no nosso estado. E aí eu sei que é uma construção aí que a gente tem uma parte já que a SEDESE já faz um trabalho muito importante desse mapeamento, mas nós temos alguns pontos, não é, Letícia? Que ontem nós levantamos, eu acho que a gente não tem escrito aqui, mas que a gente poderia se debruçar para que a gente conseguisse encaminhar para a pessoa que vai dar essa capacitação e ter possibilidade de construção. A gente sabe que a gente não vai ter tudo que a gente almeja imediatamente, mas é realmente essa construção que a gente pode iniciar agora, não é? Eu vou deixar para quem tiver comentários para poder acrescentar, diminuir ou modificar o que a gente achar que pode e que deve. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Gente, a comissão, a gente já tinha requisitado, aí a gente pensou em fazer já a programação e deixar uma capacitação organizada. Então a proposta é que a gente faça lá no auditório da AMM, na Raja, para ser um pouco mais confortável, já que tem uma sala, telão, enfim. E o dia inteiro, de nove às doze e de treze e trinta às dezesseis e trinta. E a ideia é, apesar de orçamento público não dar para falar só com casos, mas a ideia é a gente trabalhar os conceitos básicos, mas focar em casos, pensar na prática a questão do orçamento. Eu acho que é isso. Aí a gente pôs expositores ali que é a Roberta, aí eu me prontifiquei também porque eu acho que algumas, alguns pontos desses eu tenho capacidade de falar. E o James, que é a pessoa que eu tinha dito do conselho de Fabriciano que é uma pessoa efetiva, técnica há muitos anos que trabalha com a gestão do fundo. **Jennifer, PSIND:** Só uma questão, esse aqui é um primeiro desenho, eu acho que a gente traz para a plenária exatamente para a gente poder ouvir também as contribuições e poder fechar esse desenho para ser realmente uma proposta. **Ludmilla, CRESS-MG:** E complementando a proposta também, pensando que o orçamento é um tema contínuo, que essa capacitação seja modular. Então nós pensamos a primeira em setembro, mas com frequência trimestral. Então a gente já manteria aí uma agenda, às vezes, para março, depois para novembro para a gente, nesse primeiro momento, abordar o básico, mas depois conseguir algum nível de aprofundamento. **Nelson, SEDESE:** Tem mais alguma contribuição, gente? Rosa, Matheus também depois. **Rosalice, CMSSVP:** Nos expositores lá, é só uma ideia que me ocorreu quando fala em capacitação de orçamento. Na SEDESE havia uma superintendente que hoje ela está até na assembleia, que é a Isabela Vasconcelos. Alguns instrumentais que nós utilizamos, ela está na assembleia, ela foi subsecretária de Belo Horizonte. É uma pessoa muito interessante, de uma linguagem muito simples, muitos instrumentais que hoje nós utilizamos no conselho foi criado por ela. Então ela tem uma didática, um jeito de falar muito,

assim, tranquilo. Então eu queria, assim, só para vocês olharem e acrescentar mais esse nome, se pudesse, houver uma avaliação que seria uma pessoa de fora, ela conhece dos processos dentro da SEDESE, ela conhecer em âmbito municipal, ela conhece, sabe? É uma pessoa que já passou por vários, foi superintendente dentro da SEDESE, e é um nome que a gente não pode esquecer porque ela é uma pessoa que contribuiu muito dentro do estado. **Matheus, MLGBTQIA+ de Cláudio MG:** Só cumprimentar e registrar a importância da construção coletiva dessa proposta pela comissão de orçamento. A gente conversou bastante ontem sobre o quanto esse momento, diferentemente do que está lá na pauta, não seja só restrito a nós que estamos na comissão, e lidamos com isso até antes de vocês, antes das apresentações, mas compreendendo o que eu acredito que todos já saibam, que a matéria que é interesse de todos, que querendo ou não vai interferir na execução de toda a política. E dizer e reforçar o que a companheira Ludmilla disse do caráter permanente, do caráter contínuo para que a gente consiga avançar em matéria de controle social no estado, consiga também levar para os nossos territórios a importância dessa formação, a importância de entender sobre orçamento, entender de uma maneira estratégica. E a gente conta muito com a presença, a participação ativa de todos os conselheiros sabendo que esse conhecimento, essa jornada de conhecimento vai ser muito significativa para todos nós. **Marcelo, OAB:** Eu gostaria de cumprimentar a comissão por essa proposta, acho que ela é bem, vai alcançar muito e vai tentar, e vai buscar, assim, que tire bastante dúvidas de nós conselheiros. Mas eu pergunto, considerando até o que foi, aconteceu há poucos dias atrás, de uma, dessas capacitações híbridas, ao exemplo do que foi feito lá na cidade administrativa, pergunto se isso não seria possível. E falo isso porque venho de conselho municipal e também sei as dificuldades que os conselhos municipais têm nessa temática. Se for possível acho que ia atender muito bem aos conselhos municipais. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Marcelo, a gente podia pensar nisso em outro momento porque a ideia é que a gente volte, a capacitação é básica, mas nós vamos voltar com um olhar para o orçamento do estado, então talvez não seja tão interessante para o município, e posso fazer um pouco de confusão também na cabeça deles. **Jennifer, PSIND:** Eu concordo, e aí a gente está pensando em uma proposta presencial, aproveitando a vinda dos conselheiros aí para a plenária já, e também para que nós estejamos realmente capacitados até mesmo para que, por exemplo, quando a gente for conversar com o CMAS, que são essas capacitações, nós estejamos muito bem capacitados para levar essas questões. Então inicialmente eu acho que a proposta é a gente mesmo de forma presencial discutindo sobre isso para depois a ampliação. **Nelson, SEDESE:** Então a gente, todos estão de acordo, gente, com a capacitação no dia 18/09? Um dia antes das nossas reuniões de comissão e plenária, não é? **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** Aí só pedir, se o conselho concordar com o convite à Isabela, que a gente já faça uma deliberação também do ofício para a assembleia, porque falaram que ela está trabalhando na assembleia agora. Porque a primeira

coisa que ela vai pedir, quando chama a gente, você é servidor, primeira coisa que pede para liberar lá. **Nelson, SEDESE:** Acho que se todos estiverem de acordo a gente pode incluir ali como o nome, a gente não precisa fechar o nome de quem vai dar a capacitação, que ela vai dar a capacitação, porque a gente não tem o retorno dela, mas a gente encaminha o ofício solicitando a participação dela. **Jennifer, PSIND:** Eu acho que a gente pode tentar colocar esses nomes e aí se por ventura a gente não conseguir, aí a gente faz esse, eu acho que não tem como os quatro falarem que não. Você já fez contato com o James? É, está garantido, ele é, mas aí é isso, eu acho que a gente faz e podemos, senão a gente mantém os outros três nomes e fazemos a capacitação da mesma forma. **Nelson, SEDESE:** Então estão todos de acordo, gente? Pela aprovação? Reprovação? Abstenções? Então encaminhamento aprovado. Bom, a gente venceu os nossos pontos de pauta, aí a gente tem agora a apresentação das comissões temáticas. Primeiro é a comissão de apoio ao CMAS, tem algum outro ponto além do que foi apresentado anteriormente enquanto ponto de pauta? **Flávio, CMAS Ipatinga:** Só uma informação a respeito da reunião descentralizada. Nós fizemos o levantamento junto aos conselhos, tivemos muito pouca adesão dos conselhos. Foi mandado e-mail, foi entrado em contato, apenas 58 municípios preencheram o formulário. Então a gente vai tentar fazer uma busca ativa novamente e a proposta é passar, a proposta não, não é? Nós definimos lá que nós iríamos passar essa reunião para o mês de novembro para a gente ter esse tempo de trabalho ali, e uma vez também ser esse período eleitoral, a gente acredita que um dos motivos da não adesão dos conselhos seja essa. Então a gente vai fazer essa busca ativa novamente, vamos enviar o formulário novamente e aí a gente reagendar para novembro. **Nelson, SEDESE:** Tem algum outro ponto, gente? Vocês querem fazer algum destaque? Todo mundo escutou o que o Flávio falou a respeito de ter adiado o processo lá com as reuniões trimestrais. A próxima é a comissão de normas. **Rosalice, CMSSVP:** Bom, ontem nós trabalhamos bastante, só que nós trouxemos só um ponto de informe aqui para a plenária, é sobre a proposta de alteração da lei estadual 12.262, que estava até na nossa pauta e foi tirado. Foi solicitado pela mesa diretora que a comissão de normas avaliasse a proposta de alteração que veio da SEDESE, e até como indicativo de uma reunião, que caso a comissão de normas necessitasse de conversar com a SEDESE, eles fizeram até um indicativo de data. Mas nós fizemos um cronograma de ações para realizar essa análise, a nossa proposta é trazer na plenária do dia 20/09 o nosso parecer final sobre a proposta. Nós vamos fazer duas reuniões online, dia 30/08 e 12/09 para discutir essa proposta que veio da SEDESE. Nós pedimos até à Secretaria Executiva que faça um ofício à SEDESE respondendo sobre esse encaminhamento, informando que nós estamos sugerindo uma reunião dia 13/09 com a subsecretária para subsidiar a nossa avaliação em relação às propostas caso a gente tenha alguma dúvida, caso a gente tenha algum questionamento. E nós vamos estar enviando para os segmentos, tanto governo quanto sociedade civil, as nossas contribuições, a contribuição da comissão de norma no dia 19/09 para

vocês conhecerem e a gente debater dentro dos segmentos. Toda essa avaliação que a comissão de normas fez em relação às alterações propostas. E apresentar num parecer final dia 20/09, dessas propostas de alteração da lei que cria o conselho estadual e também fala sobre a Política Estadual de Assistência Social. **Nelson, SEDESE:** Então só registrar o encaminhamento, não é? Para a Secretaria Executiva responder, acho que responder no ofício, responder no ofício que foi enviado pela SEDESE, lá naquele mesmo processo, aí a Secretaria Executiva responde para a SEDESE indicando essas datas. Estão todos de acordo? Então **pela aprovação.** Reprovação, abstenções, estão todos de acordo. Aí a comissão de orçamento, agora é a súmula da sua comissão, Jennifer. **Jennifer, PSIND:** Agora sim, gente. Está vendo? Só esperar um pouquinho. Então, gente, primeiro então a Patrícia entrando para a comissão de orçamento, e a Simone voltando para a comissão de monitoramento. É um pedido da Conselheira Simone, ela não está presente por questões pessoais, mas nós fizemos esse contato com ela e ela deu anuência, manifestou o interesse. E aí a gente queria validar isso com a plenária para a gente já fazer essa mudança já nessa plenária. **Nelson, SEDESE:** Estão todos de acordo, gente, com a alteração? A gente pode votar em partes então pela. Então, gente, vamos, acho que se todo mundo estiver de acordo acho que a gente pode, aí não precisa voltar na plenária para fazer uma nova resolução. A gente teve novos conselheiros chegando no conselho, inclusive acho que ontem alguns já participaram de reuniões de comissão. Validado pelos segmentos sociedade civil e governamental a participação destes nas comissões, a gente indicar o nome para a Secretaria Executiva, se todos estiverem de acordo, e aí a gente faz publicação de uma resolução única com a alteração que está sendo indicada pela Jennifer e a inclusão dos novos membros nas comissões. Todos estão de acordo? Então pela aprovação. Então aprovado. **Jennifer, PSIND:** Então, e o outro ponto que faltou a gente mencionar aqui é a questão que agora na segunda-feira vai, pelo que eu entendi, vai ser enviado para a assembleia legislativa a proposta da LOA. E é muito importante para a gente estar presente nas discussões. Nós estivemos, durante todo o ano lá discutindo o orçamento de 2024, e vai ser importante também o CEAS estar nas discussões na assembleia a respeito de 2025. Então nós fizemos alguns pedidos desse ao longo do ano aí, e agora a gente já queria se antecipar para as reuniões que vão acontecer e que a sociedade civil manifestar interesse para que a gente tenha a possibilidade aí de ter o maior número de conselheiros presentes, que estejam disponíveis também para participação com o custeio aí das diárias e do transporte, como a gente já funciona. Mas seria esse ponto, e que também a gente, se a gente julgar necessário durante essa tramitação a gente possa fazer visitas aos gabinetes também, enquanto conselheiros da sociedade civil aí, caso a gente julgue pertinente durante esse momento de tramitação da LOA. **Nelson, SEDESE:** Eu acho que é só a gente fazer um combinado, assim, dos conselheiros se manifestarem, e aí acho que indicar isso para a mesa diretora, a gente solicita a diária para a Secretaria Executiva. **Isaac, CQVRD:** Eu acho, concordo com a Jennifer, mas eu acho

que o momento é para todos os conselheiros, não só da sociedade civil, porque é sempre importante o conselho participar nesses momentos como um todo, mesmo que vá só, às vezes a sociedade civil está mais disponível, mas que os conselheiros governamentais também participem. **Solimar, SEPLAG:** Só para alinhar sobre o fluxo, a SEDESE agora ela vai encaminhar para a SEPLAG que é responsável por consolidar o orçamento do estado todo e encaminhar para a assembleia no dia 30 de setembro, é o prazo. Depois disso vem o processo, que é esse que eu acho muito importante do CEAS estar presente, que é a parte das audiências públicas para as emendas, é nesse momento de captação de emendas. Depois que vem a parte da aprovação da lei, então é um fluxo que começa dia 30 de setembro o envio pelo executivo para a assembleia da proposta, estar atento com o processo de audiências públicas, que isso é coordenado pela assembleia. Eles divulgam no site, tem um momento que são realizados grupos de trabalho, até quando, eu não estou mais nessa área, mas quando eu acompanhava tinham grupos de trabalho que eram conduzidos pela comissão de participação popular. Então isso é muito importante que nesse momento de estar, aquilo que o Marcelo falou ontem, vamos observar onde que precisa, não sei se foi o Marcelo ou se foi a Roberta, já identificar qual a necessidade, qual que é o que está faltando para ir trabalhar junto lá na assembleia. É só essa contribuição que como funciona o processo, porque essa parte lá das audiências ela é muito importante. **Ludmilla, CRESS-MG:** Nesse sentido a gente tenta, ao máximo, acompanhar todas as pautas, a gente tenta, ao máximo, estar atento, mas a gente sabe das atribuições, as atribuições e atribuições. Então a gente pediu um respaldo aí, alguém da Secretaria Executiva ficar responsável por acompanhar essa tramitação e ir nos municiando de informação no grupo do CEAS, sinalizando, porque eu sei que eles divulgam a pauta na semana, então nem sempre a assembleia vai avisar com antecedência que nós consigamos ver e informar a todos em tempo hábil. Então se elas puderem dar esse respaldo de só ficar atentas e ir comunicando no grupo a tramitação para a gente ter esse tempo de organização. Porque a assembleia divulga as pautas semanalmente, então a gente não consegue se antecipar tanto a isso. Obrigada. **Solimar, SEPLAG:** Só complementando esse pedido, a assembleia divulga muito em cima da hora, tá? Então eu posso, enquanto SEPLAG, assim que eu souber eu aviso, mas assim, quem provoca é a assembleia, isso chega para a secretaria de governo, depois que chega na SEPLAG, e o tempo é muito curto. Então é um prazo estabelecido, mas assim que eu souber dessa agenda corre o risco, às vezes, de vocês que têm contato na assembleia ficarem sabendo muito antes que a gente. Porque isso tem toda uma movimentação, então às vezes essa data já está até programada lá na assembleia mais fácil de vocês conseguirem do que enquanto executivo ser provocado. **Roberta, SEDESE:** O que eu falar tem muito a ver com o que a Solimar acabou de falar aí, sabe? Porque a gente realmente fica sabendo muito em cima da hora, o ano passado foi numa data muito próxima às conferências, a gente ficou sabendo, assim, tipo na mesma semana, dois dias antes. E a gente não conseguiu organizar de forma

que o CEAS participasse, o CEAS não conseguiu participar, nenhum conselheiro, assim. Eu fui, eu levei tudo que a gente tinha combinado, sabe? Dentro da lógica, dentro do CEAS, assim, eu consegui construir lá as discussões, mas é muito importante quando o conselho participa, gente, assim, acho que é bem, é muito importante isso, sabe? E aí, assim, realmente, assim, a gente não consegue ter essa informação formal com antecedência e talvez é isso mesmo, vocês talvez consigam ter esse cronograma até antes da gente mesmo. Obrigado. **Jennifer, PSIND:** Eu agradeço as contribuições, é isso mesmo, a gente quer se antever e, assim, estar aqui acordado sobre a importância de estarmos presentes enquanto CEAS, total, mas também aí o Isaac, eu falo a sociedade civil quando eu falo de recursos mesmo, não é? Principalmente sociedade civil porque a gente demanda recursos, e aí para a gente estar acordado sobre isso, dessa importância, porque aí quando chegar a gente vai se organizar, quem, todas as pessoas que estiverem disponíveis e nós já estamos alinhados. E também além das audiências que realmente são um ponto, assim, principal, a gente também quer, se a gente visualizar como importante, esse momento de ir visitar os gabinetes que também se mostram, assim, de extrema importância. Então estarmos acordados aqui já avança nessa questão de organização. **Letícia, CMAS Cel Fabriciano:** A gente, na conversa com os deputados, a gente percebe o tanto que eles não têm ideia de aonde que passa o SUAS, não é? Até com a própria Bella que tem uma defesa de direitos humanos, já tem mais conhecimento, a gente ainda precisou desenhar muita coisa. Então essa importância da gente presente nesse espaço dos parlamentares. Pode, às vezes, não ter nenhum aumento, nenhuma emenda imediata, nada que a gente vai conseguir colher o fruto agora, mas é a nossa atuação política também, não é? Que eu acho que de mostrar a eles o que a gente faz de verdade e conseguir trazê-los para esse debate técnico e mesmo eles não querendo, não é? Mas fazer o nosso papel enquanto conselho. **Roberta, SEDESE:** Em relação ao que a Letícia ponderou agora, eu acho que isso é muito importante mesmo porque a comissão de participação popular, gente, ela tem um valor limitado para distribuição de recursos. É um valor limitado mesmo, é um valor bem baixo, eu acho que são 25 milhões, Solimar? Lembra? São 25 milhões para todas as políticas públicas, gente. Então assim, é um valor que realmente eles distribuem isso para pequenas concessões, são valores menores que são concedidos. Então assim, eu acho que para a gente a gente tem que pensar, eu acho que é importante nessa perspectiva que a Letícia falou, que é um ambiente político mesmo de mostrar quais são as necessidades, as grandes pautas, as grandes demandas. Então eu acho que é um momento da gente além do CEAS organizar, para, assim, a gente pensar o quê que, existe algum pleito que seja de um valor menor, que aí é uma situação mais realista de ser apresentado. Mas também, de toda forma, apresentar as demandas da assistência social como uma forma de apresentação política mesmo, de defesa da política de assistência mesmo. Então eu acho que são essas, esses dois contextos, mas considerando assim, que a despeito de ser um valor pequeno para ser arrecadado, é um ambiente

importante para se fazer presente. **Nelson, SEDESE:** Eu acho que, vocês querem votar como encaminhamento? Eu acho que é assim, é um acordo mesmo aqui do CEAS, nosso, de garantir a ida, assim como já foi garantido em todos os outros momentos. Acho que é só a gente então ficar atento, todos nós, não é? É o que a Solimar falou, sociedade civil, executivo, governo e Secretaria Executiva para, sabendo da data, a gente informar lá no grupo. Mas acho que é um combinado de todos nós, não é? **Jennifer, PSIND:** Nelson, talvez o encaminhamento seja possibilitar ações dos conselheiros do CEAS na tramitação da LOA 2025, sabe? Para ficar só registrado. **Nelson:** Estão todos de acordo, gente? Pela aprovação. Reprovação, abstenções. Então encaminhamento aprovado. Mais alguma coisa da comissão? **Jennifer, PSIND:** Ludmilla, você falou ontem sobre uma questão de orçamento para capacitação, que eu acho que a gente não mencionou aqui, orçamento para capacitação, coffee break ou não vai, não é importante? **Ludmilla, CRESS-MG:** Não estava lembrando, é verdade, nós ficamos de verificar a possibilidade nessa capacitação sobre orçamento proposta para o dia 18 de setembro, foi mencionado pela Roberta, em uma ou duas plenárias anteriores, que a SEDESE tem um contrato de capacitação, se a gente poderia utilizar para essa capacitação de orçamento, se é viável, não sei os termos desse contrato. Mas para possibilitar a questão de um coffee break, do kit de material que a Roberta falou que a SEDESE já tem esse contrato vigente, se a gente poderia utilizar nessa capacitação de setembro para os próprios conselheiros. **Nelson, SEDESE:** Então a Gabriele que faz a gestão do contrato lá na SUBAS está sinalizando que sim, é possível. Mais algum ponto? Então só para a gente seguir, então agora é a comissão de monitoramento, Laís. **Laís, CMAS Ipatinga:** A comissão de monitoramento, a gente sentou em junho com o pessoal da ESTE para a gente conversar sobre uma demanda que a plenária pediu para a comissão de monitoramento sentar com eles e ver o quê que era possível a gente colocar no portal MG. Nessa conversa eu até passei para vocês, foi colocado que o portal é um portal de serviço, então o que a gente poderia colocar é somente o serviço. Então a gente indicou dois serviços, eu até coloquei no grupo do CEAS se alguém tinha mais alguma sugestão para ser colocada, não tiveram nenhuma sugestão. Mas reforçando que mesmo a gente colocando esses dois serviços, se em algum momento a gente quiser inserir algum outro serviço a gente pode inserir, tá? Nome do serviço, Orientação aos Conselhos Municipais de Assistência Social e Entidade de Assistência Social. O que é? Vocês querem que leia tudinho? Querem, não querem? O que é? Inscrição de entidade de assistência social no Conselho Municipal de Assistência Social, a inscrição das entidades ou organizações de assistência social e ou dos serviços. Programas, projetos e benefícios sócio assistenciais nos conselhos de assistência social, e a autorização de funcionamento no âmbito da política nacional de assistência social. Parágrafo único, a oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas nacionais. Quanto tempo? A duração da prestação do serviço varia de acordo com a demanda.

Quem pode utilizar? Os conselhos municipais de assistência social e as entidades de assistência social. Legislação, gente, legislação não tem necessidade não, tem? Vamos pular legislação. Dúvidas, quais os critérios para inscrição das entidades ou organizações de assistência, de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Quais os documentos, as entidades ou organizações de assistência social deverão apresentar ao CMAS para obtenção da inscrição? Qual o prazo de entrega dos relatórios em caso de encerramento de duas atividades o que as entidades ou organizações de assistência social inscritas deverão fazer? Unidade Belo Horizonte, Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, Casa de Direitos Humanos, etapa um, solicitar o apoio. Esse formulário foi o formulário que eles mandaram para a gente, aí a gente só preenche de acordo com o nosso trabalho, tá? Nosso serviço, etapa um, solicitação de apoio por telefone ou e-mail do CEAS. A pessoa interessada pelo serviço deve entrar em contato por e-mail ou telefone, com a Secretaria Executiva, durante o contato é importante, Secretaria Executiva do CEAS. Durante o contato é importante que seja informado o nome do município, a orientação prosseguirá conforme a demanda. Documentação não há necessidade, valor é gratuito, canais o telefone ou e-mail, o endereço. Outro ponto, Poli. **João Paulo, SEDESE:** Laís, a gente estava conversando aqui um pouco e a gente não está conseguindo acompanhar, assim, o objetivo, olha, isso aqui é a vinculação de uma coisa com a outra, sabe? Esse monitoramento em si, a gente não conseguiu entender a dinâmica. **Laís, CMAS Ipatinga:** Desculpa, quer que eu leia de novo devagarzinho. **João Paulo, SEDESE:** Não, não é nem o conteúdo, é entender assim, olha, isso aqui, gente, isso aqui o quê que é? Por quê que tem aquilo ali? Entendeu? **Laís, CMAS Ipatinga:** É um serviço. Aí o quê que as meninas da Secretaria Executiva fazem? Aí é o segundo quadrinho. Quanto tempo isso demora para ser executado? Quem pode solicitar? Essas informações que estão no quadro. **Patrícia, FEAPAES:** As entidades vão poder pedir orientação aí? Não seria do o CMAS dos municípios? As entidades já não buscariam informação no próprio CMAS do município? Eu fiquei na dúvida porque na hora que vocês colocam aí como público que podem acessar foram as entidades e os CMAS. **Laís, CMAS Ipatinga:** Mas as entidades com dúvidas elas também podem acessar o CEAS, e elas já fazem esse papel, elas já acessam o CEAS. **Patrícia, FEAPAES:** Mas a gente não tinha que direcionar elas para o Conselho Municipal do município delas? **Rose, SEDESE:** Na verdade eu nem entendo isso como um serviço, não é? Assim, se você pensar que ali são ações de capacitações, não é? Porque o que a Secretaria Executiva faz, ela orienta os conselhos municipais de assistência social em relação à inscrição de entidades. Mas a questão da documentação, da regulamentação cada conselho faz o seu. Então o que a Secretaria Executiva e a comissão de apoio e as outras comissões podem fazer é orientar os conselhos municipais para que essas entidades, para inscrever as entidades, como que eles são inscritos, o quê que elas têm que entregar, e o conselho que vai fazer essa normativa. E o serviço, que é a inscrição, quem faz é o

conselho municipal. **Laís, CMAS Ipatinga:** Então pode corrigir, se vocês quiserem. **Ester, SEDESE:** eu acho que é a própria lógica do documento. O que a gente tem que entender é assim, orientação aos conselhos municipais é um serviço ou é uma atividade que CEAS desenvolve. Porque todas as outras colunas decorrem da caracterização deste serviço. a minha dúvida ela é conceitual, eu não sei se isso é um serviço do CEAS. **Nelson, SEDESE:** É só porque eu não sei se todo mundo compreendeu, esse é um portal de serviços do estado, então qual que é o serviço ofertado pela Secretaria Executiva? É a orientação dos conselhos municipais. Então por isso que a gente inclui ali como um serviço essa orientação, é um serviço que a secretaria executiva oferta. **Rosalice, CMSSVP:** Só acrescentando para os demais conselheiros, que o administrador deste portal ofereceu essa possibilidade ao CEAS de apresentar a toda a sociedade. O quê que o CEAS lança? Quando lançou a palavra assim, CEAS, o portal de serviços do estado aparece o CEAS também, é só uma forma de divulgar um pouco mais das atividades que o CEAS tem dentro do estado. Então foi só uma possibilidade, uma, mais uma possibilidade do CEAS divulgar as atividades dele. Como é um portal de serviço entrou com o termo serviço, mas a gente sabe que não é serviço, são atividades que o CEAS faz rotineiramente, não é? Dentro do estado. **Laís, CMAS Ipatinga:** Mais alguma coisa? Nome do serviço, Orientação às Secretarias Executivas do CMAS de como organizar e estruturar o Conselho Municipal de Assistência Social. O que é? Como estruturar e organizar as secretarias executivas dos Conselhos Municipais de Assistência Social dos Conselhos Municipais de Assistência Social. Quanto tempo? A duração da prestação do serviço dará de acordo com a demanda e resolução das dúvidas. Quem pode utilizar? Secretarias Executivas da CMAS. A legislação, dúvidas frequentes, como zelar para que o mandato do Conselho Municipal de Assistência Social não tem a interrupção. O CMAS deve organizar o processo eleitoral da sociedade civil, previamente bem antes do término do mandato a fim de assegurar a continuidade sem interrupção. Unidades Belo Horizonte, Unidade Belo Horizonte, Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS MG, Casa de Direitos Humanos. Etapa um, solicitar o apoio e orientação, etapa um de novo, solicitação de apoio, orientação por telefone e/ou e-mail do CEAS. A pessoa interessada pelo serviço deve entrar em contato por e-mail ou telefone com a Secretaria Executiva do CEAS MG. Durante o contato é importante que seja informado o nome do município, a orientação prosseguirá conforme demanda. Documentação, não há exigência, mas pode ser encaminhado o regimento interno do CMAS local. Valor gratuito, canais o telefone, e-mail, endereço. Acabou, é isso. Mas como eu falei, se precisar em algum momento a gente inserir algum outro serviço a gente pode inserir, é mais como a Rosa falou, é mais um mecanismo de socialização do CEAS para a comunidade. **Patrícia, FEAPAES:** Aí é uma dúvida, gente, eu posso estar sendo até, não é contra nem nada não, é de compreensão. Porque na primeira, no primeiro serviço colocado é uma orientação ao CMAS, eu entendo que a orientação ao CMAS também é uma

orientação à Secretaria Executiva. Porque se está dentro lá falando que é em cima de qualquer demanda, será que eu precisaria de colocar dois serviços com público diferente? Porque eu entendo que a Secretaria Executiva faz parte do CMAS. Então primeiro, a primeira proposta é a orientação ao conselho, a segunda proposta é orientação à Secretaria Executiva. E os dois, os motivos em cima sob demanda. Então na questão, assim, da compreensão, é lógico que eu não sei como é que funciona isso na ponta, não era melhor criar um serviço só? **Rosalice, CMSSVP:** Vocês esqueceram o Plano de Assistência Social para atingidos por barragem, um serviço, o CEAS tem a, volta lá, eu vou respondendo (Trecho Incompreensível). No serviço Plano de Assistência Social População Atingidos por Barragem. O que é? Já está lá na resolução do CEAS que fala o que é. Quanto tempo? Durante a implantação da construção da barragem, ou seja, quem são os interessados? Empreendedores públicos e privados e a população atingida por barragem. Enfim, nós temos esse serviço que é específico do CEAS em Minas Gerais e foi esquecido. A técnica e conselheiros que já acompanharam isso passou batido, mas aí nós temos uma equipe técnica também efficientíssima que deixou esquecer também, não é? **Nelson, SEDESE:** Então a gente pode, o arquivo já foi disponibilizado lá no grupo do conselho, aí não tinha tido nenhuma manifestação para atualização ou alteração dele. Então a gente vai, a gente pode disponibilizar de novo com o preenchimento desse, só para a gente não ter que voltar a pauta aqui, a gente disponibiliza de novo com o preenchimento da indicação que a Rosa está fazendo para a gente poder fazer o envio da planilha para a EST porque a gente já está perdendo tempo, assim, de não ter essa indicação lá. E aí com relação à questão que a Patrícia levantou, que acho que eu não vejo problema de estar a indicação para o conselho e para a Secretaria Executiva, mas também não vejo objeção de estarem todos aglutinados em um único. Então eu não me oponho, se alguém quiser contrapor ou dizer diferente. **Laís, CMAS Ipatinga:** Eu voto em manter os dois, até porque fica mais limpo visualmente, é a minha opinião. E assim, e elas já vão mais direcionadas quando elas forem tirar a dúvida. **Nelson, SEDESE:** Então a gente pode tirar isso como encaminhamento, gente? A gente envia lá no grupo, o conselho valida lá no grupo só as informações e a gente encaminha para a EST da SEDESE, aí a Secretaria Executiva fazer o envio da planilha com a inclusão do ponto que a Rosa apresentou aqui, tá? **Patrícia, FEAPAES:** Eu não prestei atenção, gente, desculpa, mas vai tirar, vai deixar a orientação só o CMAS e vai tirar as entidades, não é? De deixar só. **Nelson, SEDESE:** A gente já fez essa atualização. Então estão todos de acordo? Pela aprovação? Reprovação. Abstenções. Então aprovado. **Laís,** tem mais algum ponto da comissão? **Laís, CMAS Ipatinga:** Não. Nós recebemos o consolidado da avaliação da conferência e a gente já está se debruçando sobre isso e a gente vai trazer para vocês na próxima reunião e também a gente vai trazer alguns pontos das deliberações da conferência que ainda não está em andamento e a gente precisa conversar sobre. **Nelson, SEDESE:** Aí a próxima comissão é a comissão de política, Érica. **Érica, SEDESE:** A comissão de política ela

retomou alguns pontos que a gente agora está com a nossa técnica de volta, Edilene, gente. Quem não viu a Edilene ali, não é? E aí nós retomamos alguns pontos sobre as denúncias que a gente estava tratando para ver os encaminhamentos, quais foram os passos tomados, e retomamos algumas outras, outros encaminhamentos como buscar retorno dos conselhos municipais a respeito, dentre outras. Outro ponto também que a comissão tratou, foi o nosso planejamento, então nós também colocando a Edilene à parte das atividades para que ela possa nos auxiliar com eficácia. Então nós retomamos aí o nosso planejamento, ela ficou de fazer algumas avaliações para a gente. Daqui, mais ou menos, quinze dias ela vai apresentar um consolidado, nós vamos rever a possibilidade de uma reunião da comissão online para que a gente possa ajustar esses pontos e daí tomar outras providências. Mais um ponto também que nós tratamos na comissão é que chegou uma denúncia de uma pessoa física, pessoal lá, sobre uma solicitação dele de BPC. Então é algo muito pessoal falando que estava tramitando na Justiça Federal, e etcetera. Nós não temos condição de atender ao pedido dele, que ele queria que a gente fizesse uma intervenção junto ao juiz para dar rapidez ao caso dele, mas nos chamou atenção, que é uma situação que a gente já vem discutindo há algum tempo, sobre a questão do acesso dos usuários ao BPC, o meio de acesso e os rebatimentos disso para os trabalhadores que estão lá, principalmente no CRAS para fazer os atendimentos. Então nós vamos fazer um levantamento de qual órgão a gente pode chamar para conversar, propor um alinhamento ali para ver se a gente consegue avançar sobre essa temática. **Nelson, SEDESE:** Obrigado, Érica. Gente, então a gente cumpriu aqui com a nossa pauta. Tem mais algum ponto? A gente pode encerrar a nossa reunião? Está tudo certo, gente? Então reunião encerrada. Obrigado pela presença de todos.